



Diário Oficial do **Município**

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

segunda-feira, 4 de julho de 2022

Ano XII - Edição nº 01751 | Caderno 1

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim publica



Praça Rui Barbosa | 252 | Centro | Boa Vista do Tupim-Ba

boavistadotupim.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F38072446594A9D2417D7EF92A7C8158

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

SUMÁRIO

- EXTRATO DE RATIFICAÇÃO E DE CONTRATO DL 067/2022.
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO E DE ORDEM DE FORNECIMENTO DL 063/2022.
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO E DE CONTRATO DL 066/2022.
- EXTRATOS DE RATIFICAÇÃO E CONTRATO - CREDENCIAMENTO 003/2022.
- LEI MUNICIPAL Nº 765, DE 01 DE JULHO DE 2022 - Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências.
- LEI MUNICIPAL Nº 765, DE 01 DE JULHO DE 2022 - Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências.
- EXTRATO DE RATIFICAÇÃO E OF- DL Nº 062-2022.

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

Dispensa



Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim
Travessa Prof.^a Nilda de Castro, s/nº., Centro
Boa Vista do Tupim – Bahia – CEP 46.850-000
CNPJ: 13.718.176/0001-25



DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 067/2022

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

Considerando o parecer da Comissão Permanente de Licitação e Procuradoria Jurídica do município, exarado no presente processo administrativo, RATIFICO, para os devidos fins, autorizando a contratação da empresa **NAMAZZO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS - ME**, CNPJ nº 23.459.958/0001-40, para contratação de mão de obra especializada pintura de canteiros, coreto e recuperação de trecho pavimentado no Povoado de Amparo, zona rural do município de Boa Vista do Tupim, pelo valor total de valor de **R\$ 8.650,06 (oito mil, seiscientos e cinquenta reais e seis centavos)** com prazo de execução em até 10 (dez) dias, após assinatura do contrato. Boa Vista do Tupim, 10 de junho de 2022. Helder Lopes Campos - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO nº 335/2022

O Município de Boa Vista do Tupim, através da Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim, inscrito no CNPJ sob nº 13.718.176/0001-25, torna público que firmou contrato nº 335/2022 com a empresa **NAMAZZO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS - ME., EPP**, CNPJ nº 23.459.958/0001-40, pintura de canteiros, coreto e recuperação de trecho pavimentado no Povoado de Amparo, zona rural do município de Boa Vista do Tupim, pelo valor total de valor de **R\$ 8.650,06 (oito mil, seiscientos e cinquenta reais e seis centavos)**, com prazo de execução de até 10 (dez) dias, cujo contrato terá duração pelo período de até 30 (trinta) dias, vigorando a partir de sua assinatura. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta do Orçamento para o exercício de 2022 na dotação orçamentária 02.06.01 2014 33.90.39.00. Boa Vista do Tupim, 13 de junho de 2022. Assinam pela empresa Thaise Marques Almeida e pela prefeitura Helder Lopes Campos, Prefeito Municipal.

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

Fundo Municipal de Saúde de Boa Vista do Tupim
Rua Juvino Francisco do Amaral, 10, Centro
Boa Vista do Tupim, Bahia, CEP 46.850-000
CNPJ: 13.862.190/0001-06

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 128/2022****DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 063/2022****EXTRATO DE RATIFICAÇÃO**

O Prefeito Municipal de Boa Vista do Tupim, considerando o parecer da Comissão Permanente de Licitação e Procuradoria Jurídica do município, exarado no presente processo administrativo, **RATIFICA**, para os devidos fins, autorizando a contratação da empresa **DERINIVAL LUIZ DA SILVA JUNIOR – ME, CNPJ nº. 13.041.115/0001-76**, para o fornecimento de compressor de ar de uso odontológico para reposição em equipamentos odontológicos de compressores danificados pelo uso não comportando mais recuperação, objetivando atender as necessidades de funcionamento das unidades odontológicas do município, pelo valor total de **R\$ 3.000,00 (três mil reais)**. Boa Vista do Tupim, 10 de junho de 2022, Helder Lopes Campos, Prefeito Municipal.

**EXTRATO DA
ORDEM DE FORNECIMENTO Nº 063/2022 DL**

FORNECEDOR: DERINIVAL LUIZ DA SILVA JUNIOR – ME
CNPJ Nº. 13.041.115/0001-76

ENDEREÇO: Rua Luiz Fernandes Serra, nº. 139, Térreo, Sala 04, Centro, Itaberaba-Ba, CEP 46.880-000

TEL.: (75) 99216-8735 CONTATO: Derinival

Solicitamos o fornecimento do material relacionado a seguir, obedecendo às disposições estabelecidas no processo de Dispensa de Licitação nº 063/2022, de acordo com proposta apresentada pela empresa, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Boa Vista Tupim.

| ITEM | DESCRIÇÃO | UND | QUANT | VALOR UNT. | VALOR TOTAL |
|---------------------|--|-----|-------|------------|-----------------|
| 1 | Compressor de ar para uso odontológico totalmente isento de óleo com manômetro e filtro, baixo nível de ruído, filtro de ar com drenagem automática, pressão máxima de 120 lb/pol, capacidade mínima de 24 L, potência mínima de 1 hp, tensão 220 volts. | Und | 1 | 3.000,00 | 3.000,00 |
| VALOR TOTAL: | | | | | 3.000,00 |

VALOR TOTAL: R\$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS)

Emitir Nota Fiscal em nome do:

Fundo Municipal de Saúde de Boa Vista do Tupim

CNPJ: 13.862.190/0001-06

Rua Juvino Francisco do Amaral, 10, Centro, Boa Vista do Tupim, Bahia, CEP 46.850-000

Boa Vista do Tupim, 13 de junho de 2022, Helder Lopes Campos, Prefeito Municipal.

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim
Travessa Prof.^a Nilda de Castro, s/n^o., Centro
Boa Vista do Tupim – Bahia – CEP 46.850-000
CNPJ: 13.718.176/0001-25



DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 066/2022

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Boa Vista do Tupim, considerando o parecer da Comissão Permanente de Licitação e Procuradoria Jurídica do Município, exarado no presente processo administrativo, **RATIFICA**, para os devidos fins nos termos deste ato, autorizando a contratação da empresa **PH CONSTRUTORA LTDA, CNPJ nº 21.593.826/0001-81**, objetivando a contratação da prestação de serviços especializados para elaboração de projetos arquitetônicos para levantamento de serviços de reforma em diversos prédios públicos no Município de Boa Vista do Tupim, objetivando recuperação destes imóveis danificado pelo uso e fortes chuvas na região, pelo valor total de **R\$ 17.103,52 (dezesete mil, cento e três reais e cinquenta e dois centavos)**, a serem pagos em 03 (três) parcelas mensais e sucessivas. Boa Vista do Tupim, 10 de junho de 2022, Helder Lopes Campos, Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 334/2022

O MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO TUPIM, Estado da Bahia, através da Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim, torna público que firmou Contrato nº. 334/2022, objeto da Dispensa de Licitação nº 066/2022, com a empresa **PH CONSTRUTORA LTDA, CNPJ nº 21.593.826/0001-81**, objetivando a contratação da prestação de serviços especializados para elaboração de projetos arquitetônicos para levantamento de serviços de reforma em diversos prédios públicos no Município de Boa Vista do Tupim, objetivando recuperação destes imóveis danificados pelo uso e fortes chuvas na região, pelo valor total de **R\$ 17.103,52 (dezesete mil, cento e três reais e cinquenta e dois centavos)**, a serem pagos em 03 (três) parcelas mensais e sucessivas, cujo contrato terá duração pelo período de até 120 (cento e vinte) dias, vigorando a partir da data de sua assinatura. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento para o exercício de 2022 na dotação orçamentária 02.06.01 2014 33.90.39.00. Boa Vista do Tupim, 13 de junho de 2022. Assinam pela empresa Pedro Henrique Novaes Barbosa e pela Prefeitura Helder Lopes Campos, Prefeito Municipal.

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

Credenciamento



Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim
Travessa Prof.^a Nilda de Castro, s/nº., Centro
Boa Vista do Tupim – Bahia – CEP 46.850-000
CNPJ: 13.718.176/0001-25



EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº: **155/2022**

ORIGEM: **Credenciamento nº. 003/2022**

CONTRATADO: **Alexandro Pereira do Ouro**

CPF: **059.254.125-83**

VALOR TOTAL **R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais)**

OBJETO: Contratação de pessoa física para fins de apresentação dos serviços artísticos de Músicos, locais e/ou regionais para apresentação durante as festividades tradicionais do São João na sede do Município de Boa Vista do Tupim, sob o regime de credenciamento público, correspondente a:

| ITEM | PROFISSIONAL | LOCALIDADE | QUAT | DURAÇÃO | VALOR |
|------|---|--------------|------|----------|----------|
| 01 | Contratação de banda, grupo musical ou artista local regional para show no dia 22 DE JUNHO DE 2022 , do horário das 22:00 às 24:00 horas , na praça Rui Barbosa em comemoração ao São João 2022 na sede do município de Boa Vista do Tupim. | Apresentação | 01 | 4.000,00 | 4.000,00 |

Total R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais)

BASE LEGAL: Artigo 25, caput da Lei 8.666/93, de 21/06/1993.

Dotação Orçamentária:

02.13.01 Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Desenvolvimento Econômico

2072 Promoção de Atividades Culturais e Tradicionais

3390.36.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

Fonte 00

Boa Vista do Tupim, 21 de junho de 2022, Helder Lopes Campos, Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim
Travessa Prof.^a Nilda de Castro, s/n^o., Centro
Boa Vista do Tupim – Bahia – CEP 46.850-000
CNPJ: 13.718.176/0001-25



EXTRATO DO CONTRATO Nº. 337/2022

INEXIGIBILIDADE Nº: 155/2022

O Município de Boa Vista do Tupim, Estado da Bahia, torna público que firmou o Contrato nº. 337/2022, com a Pessoa Física de **Alexandro Pereira do Ouro**, inscrito no CPF nº 059.254.125-83, pelo valor total de **R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)**, para apresentação do artista local regional, durante as festividades tradicionais do São João, na sede do município de Boa Vista do Tupim, obedecendo às disposições contidas no Edital de Credenciamento de nº 003/2022, cujo contrato terá sua duração por até 15 (quinze) dias, vigorando a partir da sua assinatura. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento para o exercício de 2022 nas dotações orçamentárias referendadas no contrato. Assinam a Pessoa Física de **Alexandro Pereira do Ouro** e pelo Município de Boa Vista do Tupim, Helder Lopes Campos, Prefeito Municipal. Boa Vista do Tupim, 21 de junho de 2022.

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim
Travessa Prof.^a Nilda de Castro, s/nº., Centro
Boa Vista do Tupim – Bahia – CEP 46.850-000
CNPJ: 13.718.176/0001-25



EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº: **156/2022**

ORIGEM: **Credenciamento nº. 003/2022**

CONTRATADO: **Robson dos Santos de Almeida**

CPF: **085.690.315-99**

VALOR TOTAL **R\$ 3.000,00 (três mil reais)**

OBJETO: Contratação de pessoa física para fins de apresentação dos serviços artísticos de Músicos, locais e/ou regionais para apresentação durante as festividades tradicionais do São João na sede do Município de Boa Vista do Tupim, sob o regime de credenciamento público, correspondente a:

| ITEM | PROFISSIONAL | LOCALIDADE | QUAT | DURAÇÃO | VALOR |
|------|---|--------------|------|----------|----------|
| 02 | Contratação de banda, grupo musical ou artista local regional para show no dia 22 DE JUNHO DE 2022 , do horário das 2:00 às 3:00 horas do dia 23 , na praça Rui Barbosa em comemoração ao São João 2022 na sede do município de Boa Vista do Tupim. | Apresentação | 01 | 3.000,00 | 3.000,00 |

Total R\$ 3.000,00 (três mil reais)

BASE LEGAL: Artigo 25, caput da Lei 8.666/93, de 21/06/1993.

Dotação Orçamentária:

02.13.01 Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Desenvolvimento Econômico
2072 Promoção de Atividades Culturais e Tradicionais
3390.36.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
Fonte 00

Boa Vista do Tupim, 21 de junho de 2022, Helder Lopes Campos, Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim
Travessa Prof.^a Nilda de Castro, s/nº., Centro
Boa Vista do Tupim – Bahia – CEP 46.850-000
CNPJ: 13.718.176/0001-25



EXTRATO DO CONTRATO Nº. 338/2022

INEXIGIBILIDADE Nº: 156/2022

O Município de Boa Vista do Tupim, Estado da Bahia, torna público que firmou o Contrato nº. 338/2022, com a Pessoa Física de **Robson dos Santos de Almeida**, inscrito no CPF nº 085.690.315-99, pelo valor total de **R\$ 3.000,00 (três mil reais)**, para apresentação do artista local regional, durante as festividades tradicionais do São João, na sede do município de Boa Vista do Tupim, obedecendo às disposições contidas no Edital de Credenciamento de nº 003/2022, cujo contrato terá sua duração por até 15 (quinze) dias, vigorando a partir da sua assinatura. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento para o exercício de 2022 nas dotações orçamentárias referendadas no contrato. Assinam a Pessoa Física de **Robson dos Santos de Almeida** e pelo Município de Boa Vista do Tupim, Helder Lopes Campos, Prefeito Municipal. Boa Vista do Tupim, 21 de junho de 2022.

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim
Travessa Prof.^a Nilda de Castro, s/nº., Centro
Boa Vista do Tupim – Bahia – CEP 46.850-000
CNPJ: 13.718.176/0001-25



EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº: **157/2022**

ORIGEM: **Credenciamento nº. 003/2022**

CONTRATADO: **Jorgival Barbosa Coelho**

CPF: **068.017.465-61**

VALOR TOTAL **R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais)**

OBJETO: Contratação de pessoa física para fins de apresentação dos serviços artísticos de Músicos, locais e/ou regionais para apresentação durante as festividades tradicionais do São João na sede do Município de Boa Vista do Tupim, sob o regime de credenciamento público, correspondente a:

| ITEM | PROFISSIONAL | LOCALIDADE | QUAT | DURAÇÃO | VALOR |
|------|---|--------------|------|----------|----------|
| 03 | Contratação de banda, grupo musical ou artista local regional para show no dia 23 DE JUNHO DE 2022, do horário das 22:00 às 24:00 horas , na praça Rui Barbosa em comemoração ao São João 2022 na sede do município de Boa Vista do Tupim. | Apresentação | 01 | 4.000,00 | 4.000,00 |

Total R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais)

BASE LEGAL: Artigo 25, caput da Lei 8.666/93, de 21/06/1993.

Dotação Orçamentária:

02.13.01 Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Desenvolvimento Econômico
2072 Promoção de Atividades Culturais e Tradicionais
3390.36.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
Fonte 00

Boa Vista do Tupim, 21 de junho de 2022, Helder Lopes Campos, Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim
Travessa Prof.^a Nilda de Castro, s/n^o., Centro
Boa Vista do Tupim – Bahia – CEP 46.850-000
CNPJ: 13.718.176/0001-25



EXTRATO DO CONTRATO Nº. 339/2022

INEXIGIBILIDADE Nº: 157/2022

O Município de Boa Vista do Tupim, Estado da Bahia, torna público que firmou o **Contrato nº. 339/2022**, com a Pessoa Física de **Jorgival Barbosa Coelho, inscrito no CPF nº 068.017.465-61**, pelo valor total de **R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)**, para apresentação do artista local regional, durante as festividades tradicionais do São João, na sede do município de Boa Vista do Tupim, obedecendo às disposições contidas no Edital de Credenciamento de nº 003/2022, cujo contrato terá sua duração por até 15 (quinze) dias, vigorando a partir da sua assinatura. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento para o exercício de 2022 nas dotações orçamentárias referendadas no contrato. Assinam a Pessoa Física de **Jorgival Barbosa Coelho** e pelo Município de Boa Vista do Tupim, Helder Lopes Campos, Prefeito Municipal. Boa Vista do Tupim, 21 de junho de 2022.

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim
Travessa Prof.^a Nilda de Castro, s/nº., Centro
Boa Vista do Tupim – Bahia – CEP 46.850-000
CNPJ: 13.718.176/0001-25



EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº: **158/2022**

ORIGEM: **Credenciamento nº. 003/2022**

CONTRATADO: **Cleidiomarcio Trapiá de Oliveira**

CPF: **859.047.455-08**

VALOR TOTAL **R\$ 3.000,00 (Três mil reais)**

OBJETO: Contratação de pessoa física para fins de apresentação dos serviços artísticos de Músicos, locais e/ou regionais para apresentação durante as festividades tradicionais do São João na sede do Município de Boa Vista do Tupim, sob o regime de credenciamento público, correspondente a:

| ITEM | PROFISSIONAL | LOCALIDADE | QUAT | DURAÇÃO | VALOR |
|------|---|--------------|------|----------|----------|
| 04 | Contratação de banda, grupo musical ou artista local regional para show no dia 23 DE JUNHO DE 2022 , do horário das 2:00 às 3:00 horas do dia 24 , na praça Rui Barbosa em comemoração ao São João 2022 na sede do município de Boa Vista do Tupim. | Apresentação | 01 | 3.000,00 | 3.000,00 |

Total R\$ 3.000,00 (Três mil reais)

BASE LEGAL: Artigo 25, caput da Lei 8.666/93, de 21/06/1993.

Dotação Orçamentária:

02.13.01 Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Desenvolvimento Econômico
2072 Promoção de Atividades Culturais e Tradicionais
3390.36.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
Fonte 00

Boa Vista do Tupim, 21 de junho de 2022, Helder Lopes Campos, Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim
Travessa Prof.^a Nilda de Castro, s/nº., Centro
Boa Vista do Tupim – Bahia – CEP 46.850-000
CNPJ: 13.718.176/0001-25



EXTRATO DO CONTRATO Nº. 340/2022

INEXIGIBILIDADE Nº: 158/2022

O Município de Boa Vista do Tupim, Estado da Bahia, torna público que firmou o Contrato nº. 340/2022, com a Pessoa Física de **Cleidiomarcio Trapiá de Oliveira**, inscrito no CPF nº **859.047.455-08**, pelo valor total de **R\$ 3.000,00 (Três mil reais)**, para apresentação do artista local regional, durante as festividades tradicionais do São João, na sede do município de Boa Vista do Tupim, obedecendo às disposições contidas no Edital de Credenciamento de nº 003/2022, cujo contrato terá sua duração por até 15 (quinze) dias, vigorando a partir da sua assinatura. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento para o exercício de 2022 nas dotações orçamentárias referendadas no contrato. Assinam a Pessoa Física de **Cleidiomarcio Trapiá de Oliveira** e pelo Município de Boa Vista do Tupim, Helder Lopes Campos, Prefeito Municipal. Boa Vista do Tupim, 21 de junho de 2022.

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim
Travessa Prof.^a Nilda de Castro, s/nº., Centro
Boa Vista do Tupim – Bahia – CEP 46.850-000
CNPJ: 13.718.176/0001-25



EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº: **159/2022**

ORIGEM: **Credenciamento nº. 003/2022**

CONTRATADO: **Bruno dos Santos Teixeira**

CPF: **051.310.175-64**

VALOR TOTAL **R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais)**

OBJETO: Contratação de pessoa física para fins de apresentação dos serviços artísticos de Músicos, locais e/ou regionais para apresentação durante as festividades tradicionais do São João na sede do Município de Boa Vista do Tupim, sob o regime de credenciamento público, correspondente a:

| ITEM | PROFISSIONAL | LOCALIDADE | QUAT | DURAÇÃO | VALOR |
|------|---|--------------|------|----------|----------|
| 05 | Contratação de banda, grupo musical ou artista local regional para show no dia 23 DE JUNHO DE 2022 , do horário das 3:00 às 5:00 horas do dia 24 , na praça Rui Barbosa em comemoração ao São João 2022 na sede do município de Boa Vista do Tupim. | Apresentação | 01 | 4.000,00 | 4.000,00 |

Total R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais)

BASE LEGAL: Artigo 25, caput da Lei 8.666/93, de 21/06/1993.

Dotação Orçamentária:

02.13.01 Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Desenvolvimento Econômico
2072 Promoção de Atividades Culturais e Tradicionais
3390.36.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
Fonte 00

Boa Vista do Tupim, 21 de junho de 2022, Helder Lopes Campos, Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim
Travessa Prof.^a Nilda de Castro, s/nº., Centro
Boa Vista do Tupim – Bahia – CEP 46.850-000
CNPJ: 13.718.176/0001-25



EXTRATO DO CONTRATO Nº. 341/2022

INEXIGIBILIDADE Nº: 159/2022

O Município de Boa Vista do Tupim, Estado da Bahia, torna público que firmou o Contrato nº. 341/2022, com a Pessoa Física de **Bruno dos Santos Teixeira**, inscrito no CPF nº 051.310.175-64, pelo valor total de **R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais)**, para apresentação do artista local regional, durante as festividades tradicionais do São João, na sede do município de Boa Vista do Tupim, obedecendo às disposições contidas no Edital de Credenciamento de nº 003/2022, cujo contrato terá sua duração por até 15 (quinze) dias, vigorando a partir da sua assinatura. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento para o exercício de 2022 nas dotações orçamentárias referendadas no contrato. Assinam a Pessoa Física de **Bruno dos Santos Teixeira** e pelo Município de Boa Vista do Tupim, Helder Lopes Campos, Prefeito Municipal. Boa Vista do Tupim, 21 de junho de 2022.

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim
Travessa Prof.^a Nilda de Castro, s/nº., Centro
Boa Vista do Tupim – Bahia – CEP 46.850-000
CNPJ: 13.718.176/0001-25



EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº: **160/2022**

ORIGEM: **Credenciamento nº. 003/2022**

CONTRATADO: **Jailson Lima Santos**

CPF: **020.701.815-45**

VALOR TOTAL **R\$ 3.000,00 (Três mil reais)**

OBJETO: Contratação de pessoa física para fins de apresentação dos serviços artísticos de Músicos, locais e/ou regionais para apresentação durante as festividades tradicionais do São João na sede do Município de Boa Vista do Tupim, sob o regime de credenciamento público, correspondente a:

| ITEM | PROFISSIONAL | LOCALIDADE | QUAT | DURAÇÃO | VALOR |
|------|---|--------------|------|----------|----------|
| 06 | Contratação de banda, grupo musical ou artista local regional para show no dia 24 DE JUNHO DE 2022 , do horário das 2:00 às 3:00 horas do dia 25 , na praça Rui Barbosa em comemoração ao São João 2022 na sede do município de Boa Vista do Tupim. | Apresentação | 01 | 3.000,00 | 3.000,00 |

Total R\$ 3.000,00 (Três mil reais)

BASE LEGAL: Artigo 25, caput da Lei 8.666/93, de 21/06/1993.

Dotação Orçamentária:

02.13.01 Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Desenvolvimento Econômico
2072 Promoção de Atividades Culturais e Tradicionais
3390.36.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
Fonte 00

Boa Vista do Tupim, 21 de junho de 2022, Helder Lopes Campos, Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim
Travessa Prof.^a Nilda de Castro, s/n.º, Centro
Boa Vista do Tupim – Bahia – CEP 46.850-000
CNPJ: 13.718.176/0001-25



EXTRATO DO CONTRATO Nº. 342/2022

INEXIGIBILIDADE Nº: 160/2022

O Município de Boa Vista do Tupim, Estado da Bahia, torna público que firmou o **Contrato nº. 342/2022**, com a Pessoa Física de **Jailson Lima Santos**, inscrito no **CPF nº 020.701.815-45**, pelo valor total de **R\$ 3.000,00 (Três mil reais)**, para apresentação do artista local regional, durante as festividades tradicionais do São João, na sede do município de Boa Vista do Tupim, obedecendo às disposições contidas no Edital de Credenciamento de nº 003/2022, cujo contrato terá sua duração por até 15 (quinze) dias, vigorando a partir da sua assinatura. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento para o exercício de 2022 nas dotações orçamentárias referendadas no contrato. Assinam a Pessoa Física de **Jailson Lima Santos** e pelo Município de Boa Vista do Tupim, Helder Lopes Campos, Prefeito Municipal. Boa Vista do Tupim, 21 de junho de 2022.

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

Lei



LEI MUNICIPAL Nº 765, DE 01 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências.

A **Câmara Municipal de Boa Vista do Tupim** aprovou e eu, Prefeito do Município, sanciono a seguinte Lei:

Disposições Preliminares

Art. 1º. Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no Inciso II art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária do exercício financeiro de 2023, compreendendo:

- I. as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II. orientações básicas para elaboração da lei orçamentária anual;
- III. das disposições relativas à dívida e ao endividamento Público Municipal;
- IV. definição de montante e forma de utilização da Reserva de Contingência;
- V. disposições sobre a política de pessoal e encargos sociais;
- VI. disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;
- VII. equilíbrio entre receitas e despesas;
- VIII. critérios e formas de limitação de empenho;
- IX. normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- X. condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- XI. autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;
- XII. parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
- XIII. definição de critérios para início de novos projetos;

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



- XIV. definição das despesas consideradas irrelevantes;
- XV. do incentivo a Participação Popular;
- XVI. das disposições gerais.

CAPÍTULO I

Das Metas Fiscais e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º. Em consonância com o disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2023, especificadas de acordo com os programas estabelecidos no Plano Plurianual, são as constantes no Anexo de Metas e Prioridades estabelecidas na Lei do Plano Plurianual relativo ao período de 2022 –2025, que foi elaborado de acordo com as diretrizes do governo, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2023 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º O Projeto de Lei Orçamentária para 2023 deverá ser elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

§ 2º O Projeto de Lei Orçamentária para 2023 conterà demonstrativo da observância das metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

§ 3º. As metas fiscais anuais poderão ser ajustadas no Projeto de Lei Orçamentária para 2023, se verificado, quando da sua elaboração, alterações da conjuntura nacional, estadual ou municipal e dos parâmetros macroeconômicos utilizados no cálculo da estimativa das receitas e fixação das despesas, além de modificações na legislação que venham a afetar esses parâmetros.

CAPÍTULO II

Das Orientações Básicas para Elaboração da Lei Orçamentária Anual

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 3º. Para efeito desta Lei e elaboração, execução e alteração da Lei Orçamentária Anual, entende-se por:

- I. programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

- II. ação orçamentária, como sendo o projeto, a atividade e ou a operação especial;
- III. atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- IV. projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
- V. operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.
- VI. órgão orçamentário, o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;
- VII. unidade orçamentária, o órgão, entidade ou fundo da Administração Pública Municipal, direta e indireta, a que serão consignadas dotações na Lei Orçamentária Anual ou em seus créditos adicionais para a execução das ações integrantes do respectivo Programa de Trabalho;
- VIII. unidade gestora: unidade orçamentária ou administrativa investida de competência e poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou decorrentes de descentralização;
- IX. transposição, a mudança de dotações de uma categoria de programação para outra no mesmo órgão, pelo total ou o saldo;
- X. remanejamento, o deslocamento de uma categoria de programação de um órgão para outro, pelo total ou saldo;
- XI. transferência, o deslocamento de recursos no âmbito das categorias econômicas de despesas estabelecida em um programa de trabalho, com vistas a priorizações de gastos;
- XII. reserva de contingência, a dotação global sem destinação específica a órgão, unidade

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



orçamentária, programa, categoria de programação ou grupo de despesa, que será utilizada como fonte de recursos para atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, constituindo-se fonte compensatória para a abertura de créditos adicionais;

- XIII. passivos contingentes, questões pendentes de decisão judicial que podem determinar um aumento da dívida pública e, se julgadas procedentes, ocasionarão impacto sobre a política fiscal, a exemplo de ações trabalhistas e tributárias; fianças e avais concedidos em empréstimos, garantias concedidas em operações de crédito e outros riscos fiscais imprevistos;
- XIV. créditos adicionais, as autorizações de inclusão de programas e ações não computadas ou insuficientemente dotadas que modifiquem, o valor original das ações da Lei de Orçamento;
- XV. crédito adicional suplementar, as autorizações de despesas destinadas a reforçar dotações de ações (projetos, atividades e operações especiais) e a inclusão ou alteração de categoria econômica e de grupo de natureza da despesa em projeto, atividade ou operação especial constantes da Lei Orçamentária e de seus créditos, que modifiquem o valor global dos mesmos;
- XVI. crédito adicional especial, as autorizações que visam à inclusão de novos programas e ações (projetos, atividades e operações especiais), mediante lei específica, não computada na Lei Orçamentária;
- XVII. crédito adicional extraordinário: as autorizações de despesas, mediante decreto do Poder Executivo Municipal e posterior comunicação ao Legislativo, destinadas a atender necessidades imprevisíveis e urgentes em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública;
- XVIII. quadro de detalhamento da despesa (QDD): instrumento que detalha, operacionalmente, ações (projetos, atividades e operações especiais) constantes da Lei Orçamentária Anual, especificando a categoria econômica, o grupo de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa e a fonte de recursos, constituindo-se em ferramenta de execução orçamentária e gerência;
- XIX. alteração do Detalhamento da Despesa – a inclusão ou alteração de grupo de despesa, modalidade de aplicação, elementos de despesas e ou fontes de recursos, dentro do

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



mesmo projeto, atividade, operação especial, categoria econômica, grupo de despesa e modalidade de aplicação, sem alterar o valor global do projeto, atividade ou operação especial;

Parágrafo único. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, de acordo com as codificações da Portaria SOF nº. 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº. 163/2001 e da Lei do Plano Plurianual.

Art. 4º. Os orçamentos fiscais e da seguridade social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como as despesas dos Poderes Executivo e Legislativo, seus órgãos e fundos, instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal.

Art. 5º. Os orçamentos fiscais e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, fundações, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser consolidada no Órgão Central de Contabilidade do Município.

Art. 6º. O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

- I. mensagem
- II. texto da lei;
- III. documentos referencia nos artigos 2º e 22 da Lei nº 4.320/64;
- IV. quadros orçamentários consolidados;
- V. anexos dos orçamentos fiscais e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
- VI. demonstrativos e documentos previstos no art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000;

Parágrafo único. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no caput, os seguintes demonstrativos;

- I. Demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o art.2º, inciso IV da Lei Complementar Nº. 101/2000;
- II. Demonstrativos dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino, para fins do atendimento do disposto no art. 212 da Constituição da República e no art. 60 do Ato de Disposições Constituição Transitórias;

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



- III. Demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com as alterações introduzidas pela Emenda Constitucional Nº. 108/2020 e a Lei Nº. 14113/2020 e suas alterações;
- IV. Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins do atendimento no disposto da Emenda Constitucional nº.29/2000;
- V. Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art.169 da Constituição da República e na Lei Complementar nº101/2000.

Art.7º. A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária de 2023 serão elaboradas a valores correntes do exercício de 2022, projetados ao exercício a que se refere, podendo ter seus valores atualizados no momento de sua elaboração.

Parágrafo único. O projeto de lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art.8º. O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Parágrafo único. Na Elaboração da Proposta Orçamentária os valores lançados nos estudos e estimativas das Receitas, poderão sofrer alterações desde que proceda a retificação dos demonstrativos encaminhados aos órgãos e a devida justificativa.

Art.9º. O Poder Legislativo e os órgãos da Administração Indireta encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Município, até 20 de julho de 2022, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art.10 Na apreciação pelo Poder Legislativo do Projeto de lei orçamentária anual, as emendas somente podem ser aprovadas caso:

- I. sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- II. indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



despesas, excluídos os que incidam sobre:

- III. dotações para pessoal e seus encargos;
- IV. serviço da dívida;
- V. sejam relacionadas:
 - a. com correção de erros ou omissões, ou
 - b. como os dispositivos do texto do projeto de Lei.

§ 1º As emendas deverão conter:

- I. Indicação expressa dos órgãos, unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, projetos/atividades/operações especiais e o montante das despesas que serão acrescidas;
- II. Indicação expressa e quantificação, quando couber, das ações que forem incluídas ou alteradas nos projetos, atividades ou operações especiais.

§ 2º As emendas deverão indicar, como parte da justificativa:

- I. no caso de incidirem sobre despesas com investimentos, viabilidade econômica e técnica do projeto durante a vigência da lei orçamentária;
- II. no caso de incidirem sobre despesas com ações de manutenção, comprovação que não inviabilizará operacionalmente as ações da entidade ou órgão cuja despesa é reduzida.

§ 3º A inobservância de quaisquer dos requisitos referidos neste artigo determinará o arquivamento da emenda.

Art. 11. Na programação da despesa não poderão ser:

- I. fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras, de forma a evitar a quebra do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa;
- II. incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão.

Art.12. A lei orçamentária discriminará em programas de trabalho específicos, no órgão responsável pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art.100 da Constituição Federal.

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



§ 1º. O órgão responsável pelo Setor Jurídico encaminhará ao órgão encarregado da elaboração do orçamento, até 01 de julho de 2022, a relação dos débitos atualizados e constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2023, conforme determina o art. 100, da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 94/2016, discriminada por órgão da administração direta, autarquias, fundações e fundos e por grupos de despesa.

§ 2º. A inclusão de recursos na Lei Orçamentária Anual será realizada de acordo com os seguintes critérios e prioridades, respeitada a ordem cronológica:

- I. Precatórios de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data de expedição do precatório, ou sejam portadores de doença grave,
- II. Os demais precatórios de natureza alimentícia,
- III. Precatórios de natureza não alimentícia, parcelado ou não, vedado o comprometimento mensal superior a 1% (um por cento) do Fundo de Participação do Município;
- IV. Precatórios originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época de imissão da posse.

§3º. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração pública municipal direta e indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórias à apreciação da Procuradoria do Município, observadas as normas e orientações a serem baixadas por aquela unidade.

§4º. Os recursos alocados para os fins previstos no caput deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, exceto no caso de saldo orçamentário remanescente ocioso.

§5º. A classificação das naturezas da receita poderá ser detalhada para atendimento às peculiaridades ou necessidades gerenciais da Administração Pública Municipal no atendimento ao plano de contas estabelecidas pelo MCASP.

Seção II

Das Disposições Relativas à Dívida e ao Endividamento Público Municipal

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



Art. 13. A administração da dívida pública municipal interna tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§1º. Deverão ser garantidos, na lei orçamentária, os recursos necessários para pagamento da dívida.

§2º. O Município, através de seus órgãos, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução Nº. 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX, da Constituição Federal.

Art.14. Na lei orçamentária para o exercício de 2023 as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Art.15. A lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº101/2000 e na Resolução nº. 43/2001 do Senado Federal.

Art.16. A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar nº. 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução nº.43/2001 do Senado Federal.

Parágrafo único. O Poder Executivo e Legislativo poderão no decurso do exercício financeiro, mediante decreto do Executivo, alterar o QDD para atender às necessidades de execução orçamentária, respeitando, os valores das respectivas categorias econômicas até a modalidade de aplicação, estabelecidos da Lei Orçamentária ou em Créditos Suplementares regularmente abertos.

Seção III

Da Definição de Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência

Art.17. A lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e será equivalente a, no máximo, 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2023, destinada atendimento de

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e reforço das dotações orçamentárias que se tornarem insuficientes.

Parágrafo único. Os Recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, casos estes não se concretizem até o dia 02 de Outubro de 2023, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para a abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que tenham se tornados insuficientes.

CAPÍTULO III

Da Política de Pessoal e dos Serviços Extraordinários

Seção I

Das Disposições Sobre Política de Pessoal e Encargos Sociais

Art.18. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, §1º, inciso II, da Constituição Federal, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº. 101/2000.

§1º. Além de observar as normas do caput, no exercício financeiro de 2023 às despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº. 101/2000.

§2º. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº. 101/2000, serão adotadas as medidas de que tratam os §§3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

CAPÍTULO IV

Das Disposições Sobre a Receita e Alterações na Legislação Tributária do Município

Art.19. A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2023, com vistas à expansão da base tributária e consequente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais.

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



Art.20. A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e ajusta distribuição de renda.

Art.21. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária somente será aprovado se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar nº.101/2000.

Art.22. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que estejam em tramitação na Câmara Municipal.

§1º. Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta das referidas receitas serão canceladas, mediante decreto, nos 30 (trinta) dias subsequentes à publicação do projeto de lei orçamentária de 2023.

§2º. No caso de não aprovação das propostas de alteração previstas no caput, poderá ser efetuada a substituição das fontes condicionadas por excesso de arrecadação de outras fontes, inclusive de operações de crédito, ou por superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, antes do cancelamento previsto no § 1º deste artigo.

CAPÍTULO V

Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Art.23. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária do exercício de 2023 serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas fiscais, constante desta Lei.

Art.24. Os projetos de lei que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2023 deverão estar acompanhados de demonstrativos discriminando o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2022 a 2023, demonstrando a memória de cálculo respectiva.

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesas em que estejam acompanhados das medidas definidas nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art.25. As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

- I. para elevação das receitas:
 - a. a implementação das medidas previstas nos arts. 20 e 21 desta Lei;
 - b. atualização e informatização do cadastro imobiliário;
 - c. chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa.
- II. para redução das despesas:
 - a. utilização da modalidade de licitação denominada pregão e implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a baratear toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;
 - b. revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.

CAPÍTULO VI

Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art.26. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º, e no inciso II do §1º do artigo 31, da Lei Complementar nº 101/2000 o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2023, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1º. Excluem-se da limitação prevista no caput deste artigo:

- I. as despesas com pessoal e encargos sociais;
- II. as despesas com benefícios previdenciários;
- III. as despesas com amortização, juros e encargos da dívida;
- IV. as despesas com PASEP;

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



V. as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais;

VI. as demais despesas que constituam obrigação constitucional e legal.

§2º. O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no caput deste artigo.

§3º. Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos na limitação do empenho e da movimentação financeira.

CAPÍTULO VII

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos dos Orçamentos

Art.27. O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

Art.28. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§1º A Lei orçamentária de 2023 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas, sendo que as ações governamentais que não contribuírem para a realização de um programa específico deverão ser agregadas num programa denominado “Apoio Administrativo” ou de finalidade semelhante.

§2º. Merecerá desta que o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§3º. O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



CAPÍTULO VIII

Das Condições e Exigências para Transferências de Recursos a Entidades Públicas e Privadas

Art.29. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica que sejam destinadas:

- I. às entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura;
- II. às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada;
- III. às entidades que tenham sido declaradas por lei como sendo de utilidade pública.

Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de regular funcionamento, emitida no exercício de 2023 por, no mínimo, uma autoridade local, e comprovante da regularidade do mandato de sua diretoria.

Art.30. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de auxílios e contribuições para entidades privadas, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e desde que sejam:

- I. de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, assistência social, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;
- II. associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal, e que participem da execução de programas municipais.

Art.31. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções econômicas para entidades privadas, ressalvadas as instituídas por lei específica no âmbito do Município que sejam destinadas aos programas de desenvolvimento industrial.

Art.32. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferência financeira a outro ente da federação, exceto para atender

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



as situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, observadas as exigências do art. 25 da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art.33. As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos neste capítulo, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.

Art.34. As transferências de recursos às entidades previstas neste capítulo deverão ser precedidas da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos as exigências do art. 116 da Lei nº 8.666/1993, ou de outra Lei que vier substituí-la ou alterá-la.

§1º. Compete ao órgão concedente o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

§2º. É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular como Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

§3º. Excetua-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o caput deste artigo as caixas escolares da rede pública municipal de ensino que receberem recursos diretamente do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola.

Art.35. É vedada a destinação, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do art. 26 da Lei Complementar nº. 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

Parágrafo único. As normas do *caput* deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde.

Art.36. A transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra, inclusive Prefeitura Municipal para as entidades da Administração Indireta e para a Câmara Municipal, fica limitada ao valor previsto na Lei Orçamentária anual e seus créditos adicionais, como também o limite da Emenda Constitucional nº 58.

Parágrafo único. O aumento da transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, conforme determina o art.167, inciso VI da Constituição da República.

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



CAPÍTULO IX

Da Autorização para o Município Auxiliar no Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação

Art.37. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.

Parágrafo único. A realização da despesa definida no caput deste artigo deverá ser precedida da celebração de convênio, o qual conterà o respectivo plano de trabalho, de acordo com o art. 116 da Lei nº. 8.666/1993.

CAPÍTULO X

Dos Parâmetros para a Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso.

Art.38. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2023, as metas bimestrais de arrecadação a programação financeira e o cronograma anual de desembolso mensal, nos termos do art. 13º e 8º da Lei Complementar nº. 101/2000, após revisão da metodologia de cálculo para o exercício 2023.

§1º. A Câmara Municipal deverá encaminhar a Programação de Desembolso Mensal para o exercício de 2023 ao Poder Executivo até 10 (dez) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual de 2023. Até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo, através de decreto, consolidará e elaborará a programação financeira, visando compatibilizar os gastos com a efetiva arrecadação das receitas e o cronograma de execução mensal de desembolso, conforme estabelecido no art. 8º da Lei Complementar n.º 101/2000;

§2º. A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso de que trata a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



CAPÍTULO XI

Da Definição de Critérios para Início de Novos Projetos

Art.39. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do artigo 2º desta Lei, a lei orçamentária de 2023 e seus créditos adicionais observados o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº. 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

- I. estiverem compatíveis com o Plano Plurianual e com as normas desta Lei;
- II. as dotações consignadas às obras já iniciadas forem suficientes para o atendimento de seu cronograma físico-financeiro;
- III. estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;
- IV. os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo único. Considera-se projeto em andamento para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2023, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2022.

CAPÍTULO XII

Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art.40. Para fins do disposto no §3º do art.16 da Lei Complementar nº. 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse aos limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

CAPÍTULO XIII

Do Incentivo à Participação Popular

Art.41. O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2023, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



Parágrafo único. O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, na utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art.42. Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas nos termos da legislação em vigor.

CAPÍTULO XIV Das Disposições Gerais

Art.43. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2023 e em seus créditos adicionais, em decorrência de extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no art.3º, desta Lei.

§1º. As categorias de programação, aprovadas na lei orçamentária de 2023 e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, por meio de decreto, para atender às necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, criando, quando necessário, novas naturezas de despesa.

§2º. As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária, os quais deverão ser abertos mediante decreto do Poder Executivo.

Art.44. Sancionada ou promulgada a Lei Orçamentária, serão publicados, para efeito de execução orçamentária, os Quadros de Detalhamento da Despesa–QDD relativos aos Programas de Trabalho Integrantes da Lei Orçamentária Anual.

§1º. As atividades e projetos serão detalhados, no Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, por Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa, Modalidade de Aplicação, Elemento de Despesa e por Fonte de Recurso.

§2º. Os Quadros de Detalhamento da Despesa – QDD deverão discriminar os projetos e atividades consignados à cada Órgão e Unidade Orçamentária, especificadamente a Categoria Econômica, o Grupo de Natureza de Despesa, a Modalidade de Aplicação, o Elemento de Despesa e Fonte de Recurso.

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



§3º. O QDD do Poder Executivo e do Poder Legislativo poderá ser alterado no decurso do exercício financeiro, mediante decreto do Executivo, para atender às necessidades de execução orçamentária, respeitando, sempre, os valores das respectivas categorias econômicas até a modalidade de aplicação, estabelecidos na Lei Orçamentária ou em Créditos Suplementares regularmente abertos.

§4º. Fica permitida a inclusão da natureza da despesa desde que preexistente a classificação econômica, e desde que não haja alteração do valor total do projeto e/ou atividade.

Art.45. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei nº.4.320/1964 e da Constituição da República.

§1º. A lei orçamentária contera autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§2º. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos.

Art.46. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A contabilidade registrará tempestivamente os atos e fatos relativos à gestão orçamentária-financeira efetivamente ocorridos.

Art.47. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, §2º, da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Prefeito Municipal, utilizando os recursos previstos no art. 43 da Lei nº. 4.320/1964.

Art.48. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária anual enquanto não iniciada a sua votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Parágrafo único. Poderá o executivo proceder à correção do valor da proposta orçamentária no período de Agosto a Dezembro de 2022 tendo como base o Índice IGPM, substituindo assim o projeto na Casa Legislativa.

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



Art.49. Se o projeto de lei orçamentária de 2023 não for sancionado pelo Prefeito até 31 de dezembro de 2022, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

- I. pessoal e encargos sociais;
- II. benefícios previdenciários;
- III. amortização, juros e encargos da dívida;
- IV. PIS-PASEP;
- V. demais despesas correntes que constituem obrigações constitucionais ou legais do Município; e
- VI. outras despesas correntes.

§1º. As despesas descritas no inciso VI deste artigo estão limitadas à 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no projeto de lei orçamentária de 2023, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.

§2º. Na execução de outras despesas correntes de caráter inadiável, a que se refere o inciso VI do caput, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do projeto de lei orçamentária de 2023 para fins do cumprimento do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art.50. Em atendimento ao disposto no art.4º, §§1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº. 101/2000 integram a presente Lei os seguintes anexos:

- I. Anexo de Metas Fiscais;
- II. Anexo de Riscos Fiscais.

Art.51. Os Anexos da Lei do Plano Plurianual 2022/2025 e desta lei, serão atualizados e alterados, em decorrência da Lei Orçamentária, de Crédito Adicionais Suplementares e Especiais, assim como em decorrência de transposições, remanejamentos ou transferências, autorizados em lei.

Art.52. O Poder Executivo fica autorizado a firmar os convênios, contratos de repasses e outros instrumentos congêneres necessários ao cumprimento da Lei Orçamentária Anual, com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, de outros municípios e entidades privadas, nacionais e internacionais.

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



Art. 53. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista do Tupim, em 01 de Julho de 2022.

Helder Lopes Campos
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



ANEXO DE METAS FISCAIS

O presente documento, elaborado para dar cumprimento ao disposto no §1º, do art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023, sendo o seu conteúdo destinado a orientar a elaboração do Orçamento para o exercício de 2023.

Tem por objetivo estabelecer as metas fiscais em valores correntes e constantes, relativas às receitas, despesas, resultado nominal, e ao montante da dívida do Município, para o exercício de 2023.

I – METAS FISCAIS

As metas fiscais para o exercício de 2023 estão distribuídas na forma a seguir especificada e os respectivos valores decorrem da aplicação dos critérios e das premissas mencionadas neste documento.

O documento que contém a memória e metodologia de cálculo utilizada para a definição dos resultados pretendidos deverá ficar devidamente arquivado no setor contábil do Município.

1. METAS RELATIVAS ÀS RECEITAS

Às metas relativas à receita para 2023 estão consolidadas em nível de Município.

Critérios e premissas utilizadas:

- Planejamento de incremento na arrecadação tributária de 2023, com incremento da fiscalização fazendária;
- Planejamento de no Exercício 2023 efetivar cobrança da Dívida Ativa;
- Projeção dos efeitos inflacionários estimados com base na variação do índice de preços;
- Demonstrativo da receita nos termos do art. 12 da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000, destacando-se os principais itens:
 - a. impostos;

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



- b. contribuições sociais;
- c. taxas;
- d. concessões sociais.

I. Dentre as medidas de compensação poderão ser adotadas as seguintes:

- Atualização do cadastro imobiliário e fiscal do Município, objetivando ampliar a base para lançamento de impostos;
- Revisão dos critérios para cobrança de taxas municipais, adequando-as ao custo real dos serviços que constituem os respectivos fatos geradores;
- Ampliação da utilização da Contribuição de Melhoria como instrumento financiador de obras municipais, especialmente no que se refere à pavimentação de ruas.

II. A concessão ou ampliação do incentivo ou benefício tributário somente entrará em vigor quando implementadas as medidas acima definidas.

2. METAS RELATIVAS ÀS DESPESAS

A projeção das metas financeiras de despesa para os exercícios subsequentes decorre da estimativa da receita total para cada ano destinada à geração de resultado nominal positivo.

Critérios e premissas utilizadas:

- I. no valor projetado para a despesa total, está incluída uma margem para fazer frente à criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa e às novas despesas consideradas como obrigatórias de caráter continuado, nos termos dos artigos 16 e 17, da Lei Complementar Nº. 101, de 04.05.00;
- II. gastos, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, conforme informações dos órgãos com indicação dos critérios utilizados;
- III. despesa com pessoal e encargos sociais, por Poder, programada para 2023, com indicação da representatividade percentual do total e por Poder em relação á receita corrente líquida, tal como definida na Lei Complementar Nº. 101, de 04.05.2000;
- IV. recursos para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, a que se refere o art. 212 da Constituição Federal;

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



- V. detalhamento dos principais custos médios utilizados na elaboração do orçamento, para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados;
- VI. programação orçamentária, detalhada por operações especiais, destacando os respectivos subsídios, quando houver, no âmbito dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista do Tupim, em 01 de Julho de 2022.

Helder Lopes Campos
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



ART. 4º - LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000

§ 1º- METAS ANUAIS, RELATIVAS À RECEITA, DESPESA, RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA (VALORES CORRENTES E CONSTANTE);

§ 2º:

I- AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS RELATIVAS AO ANO ANTERIOR;

II – MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO;

III – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO; DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS;

§3º – ANEXOS DE RISCOS FISCAIS.

CRITÉRIOS PARA PROJEÇÃO DA RECEITA, DESPESA E DÍVIDA PÚBLICA:

1. Foi considerado para Receita e Despesa, o crescimento do PIB do Estado, ajuste nas despesas e receitas e de previsão de convênios federais e estaduais, advindos de projetos que a Administração Municipal pretende receber, isso para o ano de 2023, e para exercícios seguinte, projeta-se o crescimento vegetativo da folha de pagamento mais o inciso X do art. 37 da Constituição Federal.
2. Os valores apontados nos referidos Anexos não definem limites para elaboração da Lei Orçamentária Anual.
3. Os referidos valores estão consolidados, excluindo as duplicidades, como o cálculo do Resultado Primário e Nominal de acordo com a LRF.
4. Foi considerado para a dívida pública municipal provável ações como diminuição de despesas com futuros investimentos através de recursos próprios, bem como alguns ajustes na folha de pagamento do pessoal. A priori, nossa dívida representa um percentual muito abaixo da nossa capacidade de endividamento.

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



ANEXO DE METAS FISCAIS AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS RELATIVAS AO ANO ANTERIOR

(Artigo 4º, §2º, inciso I, da Lei Complementar nº. 101/2000)

A elaboração do orçamento para o exercício financeiro de 2023 observou o princípio do equilíbrio, ou seja, a receita prevista apresentou o mesmo montante da despesa fixada.

Para o exercício financeiro de 2023, foram introduzidas metas de superávit nominal e primário, com o objetivo de promover o equilíbrio fiscal definitivo das contas públicas, garantindo o crescimento sustentado e a estabilidade monetária.

ANEXO DE METAS FISCAIS DEMONSTRATIVO DAS METAS ANUAIS, MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO

(Artigo 4º, §2º, inciso II, da Lei Complementar nº. 101/2000)

As metas fiscais para os exercícios de 2023, 2024 e 2025, levaram em consideração as variáveis macroeconômicas projetadas pelo Governo Federal para crescimento real do PIB e da inflação.

As receitas foram projetadas levando-se em conta, além dos índices estabelecidos pela LDO Federal, o crescimento demográfico e da atividade econômica do município e ainda o projeto de modernização da administração tributária, que fará com que o Município tenha uma elevação de suas receitas próprias.

Quanto ao desempenho nas receitas oriundas de Convênios junto à esfera Estadual e Federal, para o exercício de 2023, estamos estruturando junto aos órgãos para que sejam liberados todos os projetos pleiteados.

A meta proposta para 2023 será aprimoramento regime fiscal do Município, através de estudos e propostas para realização de mudanças estruturais e institucionais que visam dar forma apropriada às decisões, procedimentos e práticas fiscais do futuro.

Para os próximos anos, as metas a serem definidas deverão ter resultados bastantes significativos, especialmente com a manutenção do esforço fiscal, traduzindo na obtenção de superávits que permitem o pagamento da dívida de curto prazo – Restos a Pagar e,

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



consequentemente, a estabilização da dívida pública municipal e a retomada da capacidade de investimentos do Município.

Como base de cálculo para a previsão de receitas, a fixação de despesas e a proposta de resultado nominal e primário positivo, foram consideradas as receitas efetivamente arrecadadas nos exercícios financeiros de 2020 e 2021, a orçada de 2022 e a tendência do exercício e as possíveis alterações na política tributária.

RISCOS FISCAIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

(Artigo 4º, §3º, da Lei Complementar nº. 101/2000)

O nosso município, a exemplo do que ocorre com a grande maioria dos municípios brasileiros, não possui indicadores substanciais que sirvam de subsídios para uma projeção de crescimento econômico confiável. Informações como o Produto Interno Bruto - PIB, Renda Per Capta e outros dados dessa natureza, por não possuírem estudos e levantamentos no âmbito municipal, são substituídos pelos índices do Governo Federal. As atuais projeções de metas e riscos fiscais tiveram como parâmetro geral os indicadores de crescimento projetados pela União adicionando-se as previsões internas, particulares e relacionadas à política de gestão da Administração Municipal.

Os passivos contingentes são decorrentes de Demandas Judiciais contra o Município, Dívidas em Processo de Reconhecimento, Avais e Garantias Concedidas, Assunção de Passivos, Assistências Diversas, que incluem Calamidades Públicas e Epidemias e Outros Passivos Contingentes. Temos como Demais Riscos Fiscais Passivos: Frustração de Arrecadação, Restituição de Tributos a Maior, Discrepância das Projeções, tais como Aumento do Salário Mínimo, Despesas de Pessoal e Encargos, Taxa de Juros e Taxa de Inflação e Outros Riscos Fiscais.

Os riscos orçamentários referem-se à possibilidade de as obrigações explícitas diretas sofrerem impactos negativos devido a fatores tais como as receitas previstas não se realizarem ou à necessidade de execução de despesas inicialmente não fixadas ou orçadas a menor. Como riscos orçamentários, podem-se citar, dentre outros casos:

- a. Frustração na arrecadação devido a fatos não previstos à época da elaboração da peça orçamentária;

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



- b. Restituição de tributos realizada a maior que a prevista nas deduções da receita orçamentária;
- c. Discrepância entre as projeções de nível de atividade econômica, taxa de inflação e taxa de câmbio quando da elaboração do orçamento e os valores efetivamente observados durante a execução orçamentária, afetando o montante de recursos arrecadados;
- d. Discrepância entre as projeções, quando da elaboração do orçamento, de taxas de juros e taxa de câmbio incidente sobre títulos vincendos e os valores efetivamente observados durante a execução orçamentária, resultando em aumento do serviço da dívida pública;
- e. Ocorrência de epidemias, enchentes, abalos sísmicos e outras situações de calamidade pública que não possam ser planejadas e que demandem da Administração ações emergenciais, com consequente aumento de despesas.

Sob o ponto de vista fiscal, as obrigações explícitas contingentes (ou passivos contingentes) decorrem de compromissos firmados pela Administração em função de lei ou contrato e que dependem da ocorrência de um ou mais eventos futuros para gerar compromissos de pagamento. Tais eventos futuros não estão totalmente sob o controle da Administração e podem ou não ocorrer. Como a probabilidade de ocorrência do evento e a magnitude da despesa resultante dependem de condições externas, a estimativa desses passivos é, muitas vezes, difícil e imprecisa, podendo sofrer alterações durante a execução orçamentária e financeira do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista do Tupim, em 01 de Julho de 2022.

Helder Lopes Campos
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

ARF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIM
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

2023

ARF (LRF, art 4º, § 3º) R\$ 1,00

| PASSIVOS CONTINGENTES | | PROVIDÊNCIAS | |
|---------------------------------------|-------------------|--|-------------------|
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| Demandas Judiciais | 870.000,00 | Anulação de Crédito da Reserva de Contingência | 870.000,00 |
| Dívidas em Processo de Reconhecimento | | | |
| Avais e Garantias Concedidas | | | |
| Assunção de Passivos | | | |
| Assistências Diversas | | | |
| Outros Passivos Contingentes | | | |
| SUBTOTAL | 870.000,00 | SUBTOTAL | 870.000,00 |
| DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS | | PROVIDÊNCIAS | |
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| Frustração de Arrecadação | | | |
| Restituição de Tributos a Maior | | | |
| Discrepância de Projeções: | | | |
| Outros Riscos Fiscais | | | |
| SUBTOTAL | 0,00 | SUBTOTAL | 0,00 |
| TOTAL | 870.000,00 | TOTAL | 870.000,00 |

FONTE: Arquivos Públicos Municipais

Helder Lopes Campos
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

AMF/Tabela 1 – DEMONSTRATIVO 1 – METAS ANUAIS (Consulta Pública)

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIM
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2023

| ESPECIFICAÇÃO | 2023 | | | | 2024 | | | | 2025 | | | |
|---|--------------------|-----------------|-----------------------|-----------------------|--------------------|-----------------|-----------------------|-----------------------|--------------------|-----------------|-----------------------|-----------------------|
| | Valor Corrente (a) | Valor Constante | % PIB (a / PIB) x 100 | % RCL (a / RCL) x 100 | Valor Corrente (b) | Valor Constante | % PIB (b / PIB) x 100 | % RCL (b / RCL) x 100 | Valor Corrente (c) | Valor Constante | % PIB (c / PIB) x 100 | % RCL (c / RCL) x 100 |
| | Receta Total | 63.287.500,00 | 61.000.000,00 | 0,02 | 106,58 | 65.281.056,25 | 61.004.631,58 | 0,02 | 106,48 | 67.239.487,94 | 61.004.797,62 | 0,02 |
| Receitas Primárias (I) | 63.134.987,50 | 60.853.000,00 | 0,02 | 106,32 | 65.123.739,61 | 60.857.620,42 | 0,02 | 106,22 | 67.077.451,79 | 60.857.786,06 | 0,02 | 105,96 |
| Receitas Primárias Correntes | 59.280.052,50 | 57.137.400,00 | 0,02 | 99,83 | 61.147.374,15 | 57.141.738,30 | 0,02 | 99,73 | 62.981.795,38 | 57.141.893,83 | 0,02 | 99,49 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 2.161.112,50 | 2.083.000,00 | 0,00 | 3,64 | 2.229.187,54 | 2.083.158,16 | 0,00 | 3,64 | 2.296.063,17 | 2.083.163,83 | 0,00 | 3,63 |
| Contribuições | 5.187,50 | 5.000,00 | 0,00 | 0,01 | 5.350,91 | 5.000,38 | 0,00 | 0,01 | 5.511,43 | 5.000,39 | 0,00 | 0,01 |
| Transfêrencias Correntes | 56.451.827,50 | 54.411.400,00 | 0,02 | 95,07 | 58.230.060,07 | 54.415.531,32 | 0,02 | 94,98 | 59.976.961,87 | 54.415.679,43 | 0,02 | 94,75 |
| Demais Receitas Primárias Correntes | 661.925,00 | 638.000,00 | 0,00 | 1,11 | 682.775,64 | 638.048,44 | 0,00 | 1,11 | 703.258,91 | 638.050,18 | 0,00 | 1,11 |
| Receitas Primárias de Capital | 3.854.935,00 | 3.715.600,00 | 0,00 | 6,49 | 3.976.365,45 | 3.715.882,12 | 0,00 | 6,49 | 4.095.656,42 | 3.715.892,23 | 0,00 | 6,47 |
| Despesa Total | 63.287.500,00 | 61.000.000,00 | 0,02 | 106,58 | 65.281.056,25 | 61.004.631,58 | 0,02 | 106,48 | 67.239.487,94 | 61.004.797,62 | 0,02 | 106,22 |
| Despesas Primárias (II) | 61.697.693,10 | 59.467.656,00 | 0,02 | 103,90 | 63.641.170,43 | 59.472.171,23 | 0,02 | 103,80 | 65.550.405,55 | 59.472.333,10 | 0,02 | 103,55 |
| Despesas Primárias Correntes | 55.097.428,83 | 53.105.955,50 | 0,02 | 92,79 | 56.832.997,84 | 53.109.987,70 | 0,02 | 92,70 | 58.537.987,77 | 53.110.132,26 | 0,02 | 92,47 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 33.152.669,81 | 31.954.380,54 | 0,01 | 55,83 | 34.196.978,91 | 31.956.806,76 | 0,01 | 55,78 | 35.222.888,28 | 31.956.893,74 | 0,01 | 55,64 |
| Outras Despesas Correntes | 21.944.759,02 | 21.151.574,96 | 0,01 | 36,96 | 22.636.018,93 | 21.153.180,95 | 0,01 | 36,92 | 23.315.099,50 | 21.153.238,52 | 0,01 | 36,83 |
| Despesas Primárias de Capital | 6.600.264,27 | 6.361.700,50 | 0,00 | 11,12 | 6.808.172,59 | 6.362.183,53 | 0,00 | 11,10 | 7.012.417,77 | 6.362.200,84 | 0,00 | 11,08 |
| Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Resultado Primário (III) = (I - II) | 1.437.294,40 | 1.385.344,00 | 0,00 | 2,42 | 1.482.569,17 | 1.385.449,19 | 0,00 | 2,42 | 1.527.046,25 | 1.385.452,96 | 0,00 | 2,41 |
| Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Resultado Nominal - (VI) = (III + (IV - V)) | 1.437.294,40 | 1.385.344,00 | 0,00 | 2,42 | 1.482.569,17 | 1.385.449,19 | 0,00 | 2,42 | 1.527.046,25 | 1.385.452,96 | 0,00 | 2,41 |
| Dívida Pública Consolidada | 21.050.987,22 | 20.290.108,17 | 0,01 | 35,45 | 19.998.437,86 | 18.688.382,27 | 0,01 | 32,62 | 18.998.515,97 | 17.236.904,35 | 0,01 | 30,01 |
| Dívida Consolidada Líquida | 19.173.460,17 | 18.480.443,53 | 0,01 | 32,29 | 18.214.787,16 | 17.021.574,77 | 0,01 | 32,29 | 17.304.047,80 | 15.699.553,44 | 0,00 | 27,34 |
| Receitas Primárias advindas de PPP (VII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Primárias geradas por PPP (VIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Impacto do saldo das PPPs (IX) = (VII - VIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

FONTE: Arquivos Públicos Municipais; LOA 2022; Publicações RREO e RGF; Relatórios de mercado Banco Central - Focos Relatório de Mercado, IPEA e IBGE.

| Varáveis | 2023 | 2024 | 2025 |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|
| PIB Real (crescimento anual %) | 1,50 | 1,85 | 1,80 |
| Inflação Média (%, anual) projetada com base em índice oficial de inflação | 3,75 | 3,15 | 3,00 |
| Projeção do PIB do Estado | 358.415.277.500 | 365.045.960.134 | 371.616.787.416 |
| Receta Corrente Líquida | 59.380.690,00 | 61.310.562,43 | 63.303.155,70 |

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

- 2023
- Valor Corrente/1,0375
- 2024
- Valor Corrente/1,0701
- 2025
- Valor Corrente/1,1022

Helder Lopes Campos
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

AMF/Tabela 2 - DEMONSTRATIVO 2 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIM
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

2023

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I) R\$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | Metas Previstas em 2021 (a) | % PIB | % RCL | Metas Realizadas em 2021 (b) | % PIB | % RCL | Variação | |
|-----------------------------------|-----------------------------|-------|----------|------------------------------|-------|----------|-------------------|---------------|
| | | | | | | | Valor (c) = (b-a) | % (c/a) x 100 |
| Receita Total | 59.300.000,00 | 0,02% | 1,04244 | 56.885.793,20 | 0,02% | 1 | -2.414.206,80 | -407,12% |
| Receitas Primárias (I) | 59.202.500,00 | 0,02% | 1,04073 | 56.694.081,69 | 0,02% | 0,99663 | -2.508.418,31 | -423,70% |
| Despesa Total | 59.300.000,00 | 0,02% | 1,04244 | 55.890.774,24 | 0,02% | 0,982508 | -3.409.225,76 | -574,91% |
| Despesas Primárias (II) | 58.290.000,00 | 0,02% | 1,02468 | 54.806.963,13 | 0,02% | 0,963456 | -3.483.036,87 | -597,54% |
| Resultado Primário (III) = (I-II) | 912.500,00 | 0,00% | 0,01604 | 1.887.118,56 | 0,00% | 0,033174 | 974.618,56 | 10680,75% |
| Resultado Nominal | -2.294.550,31 | 0,00% | -0,04034 | -1.700.671,88 | 0,00% | -0,0299 | 593.878,43 | -2588,21% |
| Dívida Pública Consolidada | 23.700.134,34 | 0,01% | 0,41663 | 23.325.193,60 | 0,01% | 0,410035 | -374.940,74 | -158,20% |
| Dívida Consolidada Líquida | 20.650.952,78 | 0,01% | 0,36302 | 21.244.831,21 | 0,01% | 0,373465 | 593.878,43 | 287,58% |

FONTE: Arquivos Públicos Municipais. Publicações RREO e RGF. Balançotes de Receita e Despesa 2021. LDO 2020 Estado da Bahia.

Nota: Pib Estadual Previsto e Realizado em 2021

| ESPECIFICAÇÃO | Valor |
|------------------------------------|-----------------|
| Previsão do Pib Estadual 2021 | 312.625.000.000 |
| Valor Efetivo do Pib Estadual 2021 | 347.900.000.000 |
| Receita Corrente Líquida 2021 | 56.885.793,20 |

Heider Lopes Campos
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

AMF/ Tabela 3 - DEMONSTRATIVO 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIM
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2023

| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CORRENTES | | | | | | | | | | RS 1,00 |
|-------------------------------------|----------------------------|---------------|---------|---------------|---------|---------------|---------|---------------|---------|---------------|---------|
| | 2020 | 2021 | % | 2022 | % | 2023 | % | 2024 | % | 2025 | |
| Recetta Total | 51.613.034,34 | 56.885.793,20 | 110,22% | 61.000.000,00 | 107,23% | 63.287.500,00 | 103,75% | 65.281.056,25 | 103,15% | 67.239.487,94 | 103,00% |
| Recettas Primárias (I) | 51.599.067,74 | 56.694.081,69 | 109,87% | 60.873.000,00 | 107,37% | 63.134.987,50 | 103,72% | 65.123.739,61 | 103,15% | 67.077.451,79 | 103,00% |
| Despesa Total | 49.254.049,26 | 55.890.774,24 | 113,47% | 61.000.000,00 | 109,14% | 63.287.500,00 | 103,75% | 65.281.056,25 | 103,15% | 67.239.487,94 | 103,00% |
| Despesas Primárias (II) | 48.471.389,83 | 54.806.963,13 | 113,07% | 60.040.000,00 | 109,55% | 61.697.693,10 | 102,76% | 63.641.170,43 | 103,15% | 65.550.405,55 | 103,00% |
| Resultado Primário (III) = (I - II) | 3.127.677,91 | 1.887.118,56 | 60,34% | 833.000,00 | 44,14% | 1.437.294,40 | 172,54% | 1.482.569,17 | 103,15% | 1.527.046,25 | 103,00% |
| Resultado Nominal | -2.081.377,09 | -1.700.671,88 | 81,71% | -1.062.241,56 | 62,46% | -1.009.129,48 | 95,00% | -958.673,01 | 95,00% | -910.739,36 | 95,00% |
| Dívida Pública Consolidada | 26.333.482,60 | 23.325.193,60 | 88,58% | 22.158.933,92 | 95,00% | 21.050.987,22 | 95,00% | 19.998.437,86 | 95,00% | 18.998.515,97 | 95,00% |
| Dívida Consolidada Líquida | 22.945.503,09 | 21.244.831,21 | 92,59% | 20.182.589,65 | 95,00% | 19.173.460,17 | 95,00% | 18.214.787,16 | 95,00% | 17.304.047,80 | 95,00% |

| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CONSTANTES | | | | | | | | | | |
|-------------------------------------|-----------------------------|---------------|---------|---------------|---------|---------------|---------|---------------|---------|---------------|---------|
| | 2020 | 2021 | % | 2022 | % | 2023 | % | 2024 | % | 2025 | |
| Recetta Total | 60.464.669,73 | 60.554.926,86 | 100,15% | 61.000.000,00 | 100,73% | 65.660.781,25 | 107,64% | 69.857.258,29 | 106,39% | 76.888.354,46 | 110,06% |
| Recettas Primárias (I) | 60.448.307,86 | 60.350.849,96 | 99,84% | 60.873.000,00 | 100,87% | 65.502.549,53 | 107,61% | 69.688.913,75 | 106,39% | 76.703.066,13 | 110,06% |
| Despesa Total | 57.701.118,71 | 59.495.729,18 | 103,11% | 61.000.000,00 | 102,53% | 65.660.781,25 | 107,64% | 69.857.258,29 | 106,39% | 76.888.354,46 | 110,06% |
| Despesas Primárias (II) | 56.784.233,19 | 58.342.012,25 | 102,74% | 60.040.000,00 | 102,91% | 64.011.356,59 | 106,61% | 68.102.416,48 | 106,39% | 74.956.888,74 | 110,06% |
| Resultado Primário (III) = (I - II) | 3.664.074,67 | 2.008.837,71 | 54,83% | 833.000,00 | 41,47% | 1.491.192,94 | 179,01% | 1.586.497,27 | 106,39% | 1.746.177,39 | 110,06% |
| Resultado Nominal | -2.438.333,26 | -1.810.365,22 | 74,25% | -1.062.241,56 | 58,68% | -1.046.971,84 | 98,56% | -1.025.875,99 | 97,99% | -1.041.430,46 | 101,52% |
| Dívida Pública Consolidada | 30.849.674,87 | 24.829.668,59 | 80,49% | 22.158.933,92 | 89,24% | 21.840.399,24 | 98,56% | 21.400.328,36 | 97,99% | 21.724.803,01 | 101,52% |
| Dívida Consolidada Líquida | 26.880.656,87 | 22.615.122,82 | 84,13% | 20.182.589,65 | 89,24% | 19.892.464,92 | 98,56% | 19.491.643,74 | 97,99% | 19.787.178,66 | 101,52% |

FONTE: Loa 2022.LDO 2022. Arquivos Públicos Municipais. Publicação RREO e RGF. Balanço Anual 2021

| Índices de Inflação* | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 |
|----------------------|------|-------|------|------|------|------|
| | 4,52 | 10,06 | 6,45 | 3,25 | 3,15 | 3,00 |

* Projeção de acordo com o Banco Central do Brasil. Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes.

- Valor Corrente*1,1715
- Valor Corrente*1,0645
- Valor Corrente
- Valor Corrente*1,0375
- Valor Corrente*1,0701
- Valor Corrente*1,1435

Heider Lopes Campos
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

AMF/Tabela 4 - DEMONSTRATIVO 4 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIM
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2023

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

| | R\$ 1,00 | | | |
|--------------------------------|---------------|---------|---------------|---------|
| | 2021 | % | 2020 | % |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | |
| Patrimônio/Capital | | | | |
| Reservas | | | | |
| Resultado Acumulado | 18.706.817,46 | 100,00% | 11.858.219,90 | 100,00% |
| TOTAL | 18.706.817,46 | 100,00% | 11.858.219,90 | 100,00% |
| REGIME PREVIDENCIÁRIO | | | | |
| | | | | |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | |
| Patrimônio | | | | |
| Reservas | | | | |
| Lucros ou Prejuízos Acumulados | | | | |
| TOTAL | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |

FONTE: Arquivos Públicos Municipais Balanços 2021. LDO 2022

Nota: O município não possui regime próprio de previdência

Helder Lopes Campos
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim**AMF/Tabela 5 - DEMONSTRATIVO 5 - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIM
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2023

| | R\$ 1,00 | | |
|--|-----------------------------|-----------------------------|--------------------|
| | 2021 (a) | 2020 (b) | 2019 (c) |
| RECEITAS REALIZADAS | | | |
| RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens Móveis | | | |
| Alienação de Bens Imóveis | | | |
| Alienação de Bens Intangíveis | | | |
| Rendimentos de Aplicações Financeiras | | | |
| DESPESAS EXECUTADAS | | | |
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos | | | |
| Inversões Financeiras | | | |
| Amortização da Dívida | | | |
| DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Regime Geral de Previdência Social | | | |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores | | | |
| SALDO FINANCEIRO | | | |
| VALOR (III) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | (g) = ((Ia - II d) + III h) | (h) = ((Ib - II e) + III i) | (i) = (Ic - III f) |

FONTE: Publicações RREO e RGF - LDO 2022

Nota : O município não possui regime próprio de previdência

Helder Lopes Campos
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

AMF/Tabela 6 - DEMONSTRATIVO 6 – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS E DAS PENSÕES E INATIVOS MILITARES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIM
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DAS PENSÕES E INATIVOS MILITARES
 2023

| | R\$ 1,00 | |
|---|----------|------|
| | 2020 | 2021 |
| RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS | | |
| FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO) | | |
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO) | | |
| RECEITAS CORRENTES (I) | | |
| Receita de Contribuições dos Segurados | | |
| Ativo | | |
| Inativo | | |
| Pensionista | | |
| Receita de Contribuições Patronais | | |
| Ativo | | |
| Inativo | | |
| Pensionista | | |
| Receita Patrimonial | | |
| Receitas Imobiliárias | | |
| Receitas de Valores Mobiliários | | |
| Outras Receitas Patrimoniais | | |
| Receita de Serviços | | |
| Outras Receitas Correntes | | |
| Compensação Financeira entre os Regimes | | |
| Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) ¹ | | |
| Demais Receitas Correntes | | |
| RECEITAS DE CAPITAL (III) | | |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | | |
| Amortização de Empréstimos | | |
| Outras Receitas de Capital | | |
| TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II) | | |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO) | | |
| Benefícios | | |
| Aposentadorias | | |
| Pensões por Morte | | |
| Outras Despesas Previdenciárias | | |
| Compensação Financeira entre os Regimes | | |
| Demais Despesas Previdenciárias | | |
| TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V) | | |

NADA A DECLARAR

NADA A DECLARAR

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V) ² | | 2019 | 2020 | 2021 |
|--|--|------|------|------|
| RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | | |
| VALOR | | | | |
| RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS | | | | |
| VALOR | | | | |
| APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS | | | | |
| Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar | | | | |
| Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos | | | | |
| Outros Aportes para o RPPS | | | | |
| Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro | | | | |
| BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO) | | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | | | | |
| Investimentos e Aplicações | | | | |
| Outro Bens e Direitos | | | | |
| FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO) | | | | |
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO) | | | | |
| RECEITAS CORRENTES (VII) | | | | |
| Recetta de Contribuições dos Segurados | | | | |
| Ativo | | | | |
| Inativo | | | | |
| Pensionista | | | | |
| Recetta de Contribuições Patronais | | | | |
| Ativo | | | | |
| Inativo | | | | |
| Pensionista | | | | |
| Recetta Patrimonial | | | | |
| Recetas Imobiliárias | | | | |
| Recetas de Valores Mobiliários | | | | |
| Outras Recetas Patrimoniais | | | | |
| Recetta de Serviços | | | | |
| Outras Recetas Correntes | | | | |
| Compensação Financeira entre os regimes | | | | |
| Demais Recetas Correntes | | | | |
| RECEITAS DE CAPITAL (VIII) | | | | |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | | | | |
| Amortização de Empréstimos | | | | |
| Outras Recetas de Capital | | | | |
| TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII) | | | | |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO) | | | | |
| Benefícios | | | | |

NADA A DECLARAR

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

| | | | | |
|---|--|--|--|--|
| Aposentadorias | | | | |
| Pensões por Morte | | | | |
| Outras Despesas Previdenciárias | | | | |
| Compensação Financeira entre os Regimes | | | | |
| Demais Despesas Previdenciárias | | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X) | | | | |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X)² | | | | |
| APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS | | | | |
| Recursos para Cobertura de Insuflências Financeiras | | | | |
| Recursos para Formação de Reserva | | | | |
| BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO) | | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | | | | |
| Investimentos e Aplicações | | | | |
| Outro Bens e Direitos | | | | |
| RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS | | | | |
| Receitas Correntes | | | | |
| TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII) | | | | |
| DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS | | | | |
| Despesas Correntes (XIII) | | | | |
| Pessoal e Encargos Sociais | | | | |
| Demais Despesas Correntes | | | | |
| Despesas de Capital (XIV) | | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV) | | | | |
| RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)² | | | | |
| BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS | | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | | | | |
| Investimentos e Aplicações | | | | |
| Outro Bens e Direitos | | | | |
| BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO | | | | |
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) | | | | |
| Contribuições dos Servidores | | | | |
| Demais Receitas Previdenciárias | | | | |
| TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) (XVII) | | | | |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) | | | | |
| Aposentadorias | | | | |
| Pensões | | | | |
| Outras Despesas Previdenciárias | | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) (XVIII) | | | | |

NADA A DECLARAR

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

| RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOIRO (XIX) = (XVII - XVIII) ² | | | | |
|--|------------------------------|------------------------------|--------------------------------------|--|
| PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES | | | | |
| FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO) | | | | |
| EXERCÍCIO | Receitas Previdenciárias (a) | Despesas Previdenciárias (b) | Resultado Previdenciário (c) = (a-b) | Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c) |
| | | | | |
| FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO) | | | | |
| EXERCÍCIO | Receitas Previdenciárias (a) | Despesas Previdenciárias (b) | Resultado Previdenciário (c) = (a-b) | Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c) |
| | | | | |

FONTE: Arquivos Públicos Municipais.

Nota: Município não possui regime próprio de previdência

1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

2 O resultado previdenciário poderá ser apresentada por meio da diferença entre previsto da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).

Helder Lopes Campos
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

AMF/Tabela 7 - DEMONSTRATIVO 7 - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIM
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2023

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) R\$ 1,00

| TRIBUTOS | MODALIDADE | SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO | RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA | | | COMPENSAÇÃO |
|--------------|------------|--|------------------------------|------|------|-------------|
| | | | 2023 | 2024 | 2025 | |
| TOTAL | | | | | | |
| | | | | | | - |

FONTE: Arquivos Públicos Municipais.

Nota: O município não tem lei específica acerca da renúncia de receita

Helder Lopes Campos
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim**AMF/Tabela 8 - DEMONSTRATIVO 8 - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIM
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO

2023

| EVENTOS | Valor Previsto para 2023 |
|--|--------------------------|
| AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) | R\$ 1,00 |
| Aumento Permanente da Receita | |
| (-) Transferências Constitucionais | |
| (-) Transferências ao FUNDEB | 0,00 |
| Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I) | 0,00 |
| Redução Permanente de Despesa (II) | |
| Margem Bruta (III) = (I+II) | 0,00 |
| Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV) | 0,00 |
| Novas DOCC | |
| Novas DOCC geradas por PPP | |
| Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV) | 0,00 |

FONTE: Arquivos Públicos Municipais

Helder Lopes Campos
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

Lei de Diretrizes Orçamentárias (Ldo)



LEI MUNICIPAL Nº 765, DE 01 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências.

A **Câmara Municipal de Boa Vista do Tupim** aprovou e eu, Prefeito do Município, sanciono a seguinte Lei:

Disposições Preliminares

Art. 1º. Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no Inciso II art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária do exercício financeiro de 2023, compreendendo:

- I. as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II. orientações básicas para elaboração da lei orçamentária anual;
- III. das disposições relativas à dívida e ao endividamento Público Municipal;
- IV. definição de montante e forma de utilização da Reserva de Contingência;
- V. disposições sobre a política de pessoal e encargos sociais;
- VI. disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;
- VII. equilíbrio entre receitas e despesas;
- VIII. critérios e formas de limitação de empenho;
- IX. normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- X. condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- XI. autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;
- XII. parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
- XIII. definição de critérios para início de novos projetos;

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



- XIV. definição das despesas consideradas irrelevantes;
- XV. do incentivo a Participação Popular;
- XVI. das disposições gerais.

CAPÍTULO I

Das Metas Fiscais e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º. Em consonância com o disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2023, especificadas de acordo com os programas estabelecidos no Plano Plurianual, são as constantes no Anexo de Metas e Prioridades estabelecidas na Lei do Plano Plurianual relativo ao período de 2022 –2025, que foi elaborado de acordo com as diretrizes do governo, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2023 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º O Projeto de Lei Orçamentária para 2023 deverá ser elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

§ 2º O Projeto de Lei Orçamentária para 2023 conterà demonstrativo da observância das metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

§ 3º. As metas fiscais anuais poderão ser ajustadas no Projeto de Lei Orçamentária para 2023, se verificado, quando da sua elaboração, alterações da conjuntura nacional, estadual ou municipal e dos parâmetros macroeconômicos utilizados no cálculo da estimativa das receitas e fixação das despesas, além de modificações na legislação que venham a afetar esses parâmetros.

CAPÍTULO II

Das Orientações Básicas para Elaboração da Lei Orçamentária Anual

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 3º. Para efeito desta Lei e elaboração, execução e alteração da Lei Orçamentária Anual, entende-se por:

- I. programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

- II. ação orçamentária, como sendo o projeto, a atividade e ou a operação especial;
- III. atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- IV. projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
- V. operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.
- VI. órgão orçamentário, o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;
- VII. unidade orçamentária, o órgão, entidade ou fundo da Administração Pública Municipal, direta e indireta, a que serão consignadas dotações na Lei Orçamentária Anual ou em seus créditos adicionais para a execução das ações integrantes do respectivo Programa de Trabalho;
- VIII. unidade gestora: unidade orçamentária ou administrativa investida de competência e poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou decorrentes de descentralização;
- IX. transposição, a mudança de dotações de uma categoria de programação para outra no mesmo órgão, pelo total ou o saldo;
- X. remanejamento, o deslocamento de uma categoria de programação de um órgão para outro, pelo total ou saldo;
- XI. transferência, o deslocamento de recursos no âmbito das categorias econômicas de despesas estabelecida em um programa de trabalho, com vistas a prioridades de gastos;
- XII. reserva de contingência, a dotação global sem destinação específica a órgão, unidade

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



orçamentária, programa, categoria de programação ou grupo de despesa, que será utilizada como fonte de recursos para atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, constituindo-se fonte compensatória para a abertura de créditos adicionais;

- XIII. passivos contingentes, questões pendentes de decisão judicial que podem determinar um aumento da dívida pública e, se julgadas procedentes, ocasionarão impacto sobre a política fiscal, a exemplo de ações trabalhistas e tributárias; fianças e avais concedidos em empréstimos, garantias concedidas em operações de crédito e outros riscos fiscais imprevistos;
- XIV. créditos adicionais, as autorizações de inclusão de programas e ações não computadas ou insuficientemente dotadas que modifiquem, o valor original das ações da Lei de Orçamento;
- XV. crédito adicional suplementar, as autorizações de despesas destinadas a reforçar dotações de ações (projetos, atividades e operações especiais) e a inclusão ou alteração de categoria econômica e de grupo de natureza da despesa em projeto, atividade ou operação especial constantes da Lei Orçamentária e de seus créditos, que modifiquem o valor global dos mesmos;
- XVI. crédito adicional especial, as autorizações que visam à inclusão de novos programas e ações (projetos, atividades e operações especiais), mediante lei específica, não computada na Lei Orçamentária;
- XVII. crédito adicional extraordinário: as autorizações de despesas, mediante decreto do Poder Executivo Municipal e posterior comunicação ao Legislativo, destinadas a atender necessidades imprevisíveis e urgentes em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública;
- XVIII. quadro de detalhamento da despesa (QDD): instrumento que detalha, operacionalmente, ações (projetos, atividades e operações especiais) constantes da Lei Orçamentária Anual, especificando a categoria econômica, o grupo de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa e a fonte de recursos, constituindo-se em ferramenta de execução orçamentária e gerência;
- XIX. alteração do Detalhamento da Despesa – a inclusão ou alteração de grupo de despesa, modalidade de aplicação, elementos de despesas e ou fontes de recursos, dentro do

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



mesmo projeto, atividade, operação especial, categoria econômica, grupo de despesa e modalidade de aplicação, sem alterar o valor global do projeto, atividade ou operação especial;

Parágrafo único. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, de acordo com as codificações da Portaria SOF nº. 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº. 163/2001 e da Lei do Plano Plurianual.

Art. 4º. Os orçamentos fiscais e da seguridade social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como as despesas dos Poderes Executivo e Legislativo, seus órgãos e fundos, instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal.

Art. 5º. Os orçamentos fiscais e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, fundações, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser consolidada no Órgão Central de Contabilidade do Município.

Art. 6º. O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

- I. mensagem
- II. texto da lei;
- III. documentos referencia nos artigos 2º e 22 da Lei nº 4.320/64;
- IV. quadros orçamentários consolidados;
- V. anexos dos orçamentos fiscais e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
- VI. demonstrativos e documentos previstos no art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000;

Parágrafo único. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no caput, os seguintes demonstrativos;

- I. Demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o art.2º, inciso IV da Lei Complementar Nº. 101/2000;
- II. Demonstrativos dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino, para fins do atendimento do disposto no art. 212 da Constituição da República e no art. 60 do Ato de Disposições Constituição Transitórias;

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



- III. Demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com as alterações introduzidas pela Emenda Constitucional Nº. 108/2020 e a Lei Nº. 14113/2020 e suas alterações;
- IV. Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins do atendimento no disposto da Emenda Constitucional nº.29/2000;
- V. Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art.169 da Constituição da República e na Lei Complementar nº101/2000.

Art.7º. A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária de 2023 serão elaboradas a valores correntes do exercício de 2022, projetados ao exercício a que se refere, podendo ter seus valores atualizados no momento de sua elaboração.

Parágrafo único. O projeto de lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art.8º. O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Parágrafo único. Na Elaboração da Proposta Orçamentária os valores lançados nos estudos e estimativas das Receitas, poderão sofrer alterações desde que proceda a retificação dos demonstrativos encaminhados aos órgãos e a devida justificativa.

Art.9º. O Poder Legislativo e os órgãos da Administração Indireta encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Município, até 20 de julho de 2022, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art.10 Na apreciação pelo Poder Legislativo do Projeto de lei orçamentária anual, as emendas somente podem ser aprovadas caso:

- I. sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- II. indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



despesas, excluídos os que incidam sobre:

- III. dotações para pessoal e seus encargos;
- IV. serviço da dívida;
- V. sejam relacionadas:
 - a. com correção de erros ou omissões, ou
 - b. como os dispositivos do texto do projeto de Lei.

§ 1º As emendas deverão conter:

- I. Indicação expressa dos órgãos, unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, projetos/atividades/operações especiais e o montante das despesas que serão acrescidas;
- II. Indicação expressa e quantificação, quando couber, das ações que forem incluídas ou alteradas nos projetos, atividades ou operações especiais.

§ 2º As emendas deverão indicar, como parte da justificativa:

- I. no caso de incidirem sobre despesas com investimentos, viabilidade econômica e técnica do projeto durante a vigência da lei orçamentária;
- II. no caso de incidirem sobre despesas com ações de manutenção, comprovação que não inviabilizará operacionalmente as ações da entidade ou órgão cuja despesa é reduzida.

§ 3º A inobservância de quaisquer dos requisitos referidos neste artigo determinará o arquivamento da emenda.

Art. 11. Na programação da despesa não poderão ser:

- I. fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras, de forma a evitar a quebra do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa;
- II. incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão.

Art.12. A lei orçamentária discriminará em programas de trabalho específicos, no órgão responsável pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art.100 da Constituição Federal.

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



§ 1º. O órgão responsável pelo Setor Jurídico encaminhará ao órgão encarregado da elaboração do orçamento, até 01 de julho de 2022, a relação dos débitos atualizados e constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2023, conforme determina o art. 100, da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 94/2016, discriminada por órgão da administração direta, autarquias, fundações e fundos e por grupos de despesa.

§ 2º. A inclusão de recursos na Lei Orçamentária Anual será realizada de acordo com os seguintes critérios e prioridades, respeitada a ordem cronológica:

- I. Precatórios de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data de expedição do precatório, ou sejam portadores de doença grave,
- II. Os demais precatórios de natureza alimentícia,
- III. Precatórios de natureza não alimentícia, parcelado ou não, vedado o comprometimento mensal superior a 1% (um por cento) do Fundo de Participação do Município;
- IV. Precatórios originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época de imissão da posse.

§3º. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração pública municipal direta e indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórias à apreciação da Procuradoria do Município, observadas as normas e orientações a serem baixadas por aquela unidade.

§4º. Os recursos alocados para os fins previstos no caput deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, exceto no caso de saldo orçamentário remanescente ocioso.

§5º. A classificação das naturezas da receita poderá ser detalhada para atendimento às peculiaridades ou necessidades gerenciais da Administração Pública Municipal no atendimento ao plano de contas estabelecidas pelo MCASP.

Seção II

Das Disposições Relativas à Dívida e ao Endividamento Público Municipal

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



Art. 13. A administração da dívida pública municipal interna tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§1º. Deverão ser garantidos, na lei orçamentária, os recursos necessários para pagamento da dívida.

§2º. O Município, através de seus órgãos, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução Nº. 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX, da Constituição Federal.

Art.14. Na lei orçamentária para o exercício de 2023 as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Art.15. A lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº101/2000 e na Resolução nº. 43/2001 do Senado Federal.

Art.16. A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar nº. 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução nº.43/2001 do Senado Federal.

Parágrafo único. O Poder Executivo e Legislativo poderão no decurso do exercício financeiro, mediante decreto do Executivo, alterar o QDD para atender às necessidades de execução orçamentária, respeitando, os valores das respectivas categorias econômicas até a modalidade de aplicação, estabelecidos da Lei Orçamentária ou em Créditos Suplementares regularmente abertos.

Seção III

Da Definição de Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência

Art.17. A lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e será equivalente a, no máximo, 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2023, destinada atendimento de

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e reforço das dotações orçamentárias que se tornarem insuficientes.

Parágrafo único. Os Recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, casos estes não se concretizem até o dia 02 de Outubro de 2023, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para a abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que tenham se tornados insuficientes.

CAPÍTULO III

Da Política de Pessoal e dos Serviços Extraordinários

Seção I

Das Disposições Sobre Política de Pessoal e Encargos Sociais

Art.18. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, §1º, inciso II, da Constituição Federal, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº. 101/2000.

§1º. Além de observar as normas do caput, no exercício financeiro de 2023 às despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº. 101/2000.

§2º. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº. 101/2000, serão adotadas as medidas de que tratam os §§3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

CAPÍTULO IV

Das Disposições Sobre a Receita e Alterações na Legislação Tributária do Município

Art.19. A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2023, com vistas à expansão da base tributária e consequente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais.

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



Art.20. A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e ajusta distribuição de renda.

Art.21. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária somente será aprovado se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar nº.101/2000.

Art.22. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que estejam em tramitação na Câmara Municipal.

§1º. Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta das referidas receitas serão canceladas, mediante decreto, nos 30 (trinta) dias subsequentes à publicação do projeto de lei orçamentária de 2023.

§2º. No caso de não aprovação das propostas de alteração previstas no caput, poderá ser efetuada a substituição das fontes condicionadas por excesso de arrecadação de outras fontes, inclusive de operações de crédito, ou por superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, antes do cancelamento previsto no § 1º deste artigo.

CAPÍTULO V

Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Art.23. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária do exercício de 2023 serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas fiscais, constante desta Lei.

Art.24. Os projetos de lei que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2023 deverão estar acompanhados de demonstrativos discriminando o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2022 a 2023, demonstrando a memória de cálculo respectiva.

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesas em que estejam acompanhados das medidas definidas nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art.25. As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

- I. para elevação das receitas:
 - a. a implementação das medidas previstas nos arts. 20 e 21 desta Lei;
 - b. atualização e informatização do cadastro imobiliário;
 - c. chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa.
- II. para redução das despesas:
 - a. utilização da modalidade de licitação denominada pregão e implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a baratear toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;
 - b. revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.

CAPÍTULO VI

Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art.26. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º, e no inciso II do §1º do artigo 31, da Lei Complementar nº 101/2000 o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2023, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1º. Excluem-se da limitação prevista no caput deste artigo:

- I. as despesas com pessoal e encargos sociais;
- II. as despesas com benefícios previdenciários;
- III. as despesas com amortização, juros e encargos da dívida;
- IV. as despesas com PASEP;

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



V. as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais;

VI. as demais despesas que constituam obrigação constitucional e legal.

§2º. O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no caput deste artigo.

§3º. Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos na limitação do empenho e da movimentação financeira.

CAPÍTULO VII

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos dos Orçamentos

Art.27. O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

Art.28. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§1º A Lei orçamentária de 2023 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas, sendo que as ações governamentais que não contribuírem para a realização de um programa específico deverão ser agregadas num programa denominado “Apoio Administrativo” ou de finalidade semelhante.

§2º. Merecerá desta que o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§3º. O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



CAPÍTULO VIII

Das Condições e Exigências para Transferências de Recursos a Entidades Públicas e Privadas

Art.29. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica que sejam destinadas:

- I. às entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura;
- II. às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada;
- III. às entidades que tenham sido declaradas por lei como sendo de utilidade pública.

Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de regular funcionamento, emitida no exercício de 2023 por, no mínimo, uma autoridade local, e comprovante da regularidade do mandato de sua diretoria.

Art.30. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de auxílios e contribuições para entidades privadas, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e desde que sejam:

- I. de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, assistência social, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;
- II. associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal, e que participem da execução de programas municipais.

Art.31. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções econômicas para entidades privadas, ressalvadas as instituídas por lei específica no âmbito do Município que sejam destinadas aos programas de desenvolvimento industrial.

Art.32. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferência financeira a outro ente da federação, exceto para atender

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



as situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, observadas as exigências do art. 25 da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art.33. As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos neste capítulo, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.

Art.34. As transferências de recursos às entidades previstas neste capítulo deverão ser precedidas da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos as exigências do art. 116 da Lei nº 8.666/1993, ou de outra Lei que vier substituí-la ou alterá-la.

§1º. Compete ao órgão concedente o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

§2º. É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular como Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

§3º. Excetua-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o caput deste artigo as caixas escolares da rede pública municipal de ensino que receberem recursos diretamente do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola.

Art.35. É vedada a destinação, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do art. 26 da Lei Complementar nº. 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

Parágrafo único. As normas do *caput* deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde.

Art.36. A transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra, inclusive Prefeitura Municipal para as entidades da Administração Indireta e para a Câmara Municipal, fica limitada ao valor previsto na Lei Orçamentária anual e seus créditos adicionais, como também o limite da Emenda Constitucional nº 58.

Parágrafo único. O aumento da transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, conforme determina o art.167, inciso VI da Constituição da República.

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



CAPÍTULO IX

Da Autorização para o Município Auxiliar no Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação

Art.37. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.

Parágrafo único. A realização da despesa definida no caput deste artigo deverá ser precedida da celebração de convênio, o qual conterà o respectivo plano de trabalho, de acordo com o art. 116 da Lei nº. 8.666/1993.

CAPÍTULO X

Dos Parâmetros para a Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso.

Art.38. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2023, as metas bimestrais de arrecadação a programação financeira e o cronograma anual de desembolso mensal, nos termos do art. 13º e 8º da Lei Complementar nº. 101/2000, após revisão da metodologia de cálculo para o exercício 2023.

§1º. A Câmara Municipal deverá encaminhar a Programação de Desembolso Mensal para o exercício de 2023 ao Poder Executivo até 10 (dez) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual de 2023. Até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo, através de decreto, consolidará e elaborará a programação financeira, visando compatibilizar os gastos com a efetiva arrecadação das receitas e o cronograma de execução mensal de desembolso, conforme estabelecido no art. 8º da Lei Complementar n.º 101/2000;

§2º. A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso de que trata a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



CAPÍTULO XI

Da Definição de Critérios para Início de Novos Projetos

Art.39. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do artigo 2º desta Lei, a lei orçamentária de 2023 e seus créditos adicionais observados o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº. 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

- I. estiverem compatíveis com o Plano Plurianual e com as normas desta Lei;
- II. as dotações consignadas às obras já iniciadas forem suficientes para o atendimento de seu cronograma físico-financeiro;
- III. estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;
- IV. os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo único. Considera-se projeto em andamento para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2023, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2022.

CAPÍTULO XII

Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art.40. Para fins do disposto no §3º do art.16 da Lei Complementar nº. 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse aos limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

CAPÍTULO XIII

Do Incentivo à Participação Popular

Art.41. O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2023, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



Parágrafo único. O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, na utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art.42. Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas nos termos da legislação em vigor.

CAPÍTULO XIV Das Disposições Gerais

Art.43. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2023 e em seus créditos adicionais, em decorrência de extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no art.3º, desta Lei.

§1º. As categorias de programação, aprovadas na lei orçamentária de 2023 e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, por meio de decreto, para atender às necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, criando, quando necessário, novas naturezas de despesa.

§2º. As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária, os quais deverão ser abertos mediante decreto do Poder Executivo.

Art.44. Sancionada ou promulgada a Lei Orçamentária, serão publicados, para efeito de execução orçamentária, os Quadros de Detalhamento da Despesa–QDD relativos aos Programas de Trabalho Integrantes da Lei Orçamentária Anual.

§1º. As atividades e projetos serão detalhados, no Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, por Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa, Modalidade de Aplicação, Elemento de Despesa e por Fonte de Recurso.

§2º. Os Quadros de Detalhamento da Despesa – QDD deverão discriminar os projetos e atividades consignados à cada Órgão e Unidade Orçamentária, especificadamente a Categoria Econômica, o Grupo de Natureza de Despesa, a Modalidade de Aplicação, o Elemento de Despesa e Fonte de Recurso.

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



§3º. O QDD do Poder Executivo e do Poder Legislativo poderá ser alterado no decurso do exercício financeiro, mediante decreto do Executivo, para atender às necessidades de execução orçamentária, respeitando, sempre, os valores das respectivas categorias econômicas até a modalidade de aplicação, estabelecidos na Lei Orçamentária ou em Créditos Suplementares regularmente abertos.

§4º. Fica permitida a inclusão da natureza da despesa desde que preexistente a classificação econômica, e desde que não haja alteração do valor total do projeto e/ou atividade.

Art.45. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei nº.4.320/1964 e da Constituição da República.

§1º. A lei orçamentária conterà autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§2º. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos.

Art.46. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A contabilidade registrará tempestivamente os atos e fatos relativos à gestão orçamentária-financeira efetivamente ocorridos.

Art.47. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, §2º, da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Prefeito Municipal, utilizando os recursos previstos no art. 43 da Lei nº. 4.320/1964.

Art.48. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária anual enquanto não iniciada a sua votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Parágrafo único. Poderá o executivo proceder à correção do valor da proposta orçamentária no período de Agosto a Dezembro de 2022 tendo como base o Índice IGPM, substituindo assim o projeto na Casa Legislativa.

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



Art.49. Se o projeto de lei orçamentária de 2023 não for sancionado pelo Prefeito até 31 de dezembro de 2022, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

- I. pessoal e encargos sociais;
- II. benefícios previdenciários;
- III. amortização, juros e encargos da dívida;
- IV. PIS-PASEP;
- V. demais despesas correntes que constituem obrigações constitucionais ou legais do Município; e
- VI. outras despesas correntes.

§1º. As despesas descritas no inciso VI deste artigo estão limitadas à 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no projeto de lei orçamentária de 2023, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.

§2º. Na execução de outras despesas correntes de caráter inadiável, a que se refere o inciso VI do caput, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do projeto de lei orçamentária de 2023 para fins do cumprimento do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art.50. Em atendimento ao disposto no art.4º, §§1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº. 101/2000 integram a presente Lei os seguintes anexos:

- I. Anexo de Metas Fiscais;
- II. Anexo de Riscos Fiscais.

Art.51. Os Anexos da Lei do Plano Plurianual 2022/2025 e desta lei, serão atualizados e alterados, em decorrência da Lei Orçamentária, de Crédito Adicionais Suplementares e Especiais, assim como em decorrência de transposições, remanejamentos ou transferências, autorizados em lei.

Art.52. O Poder Executivo fica autorizado a firmar os convênios, contratos de repasses e outros instrumentos congêneres necessários ao cumprimento da Lei Orçamentária Anual, com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, de outros municípios e entidades privadas, nacionais e internacionais.

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



Art. 53. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista do Tupim, em 01 de Julho de 2022.

Helder Lopes Campos
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



ANEXO DE METAS FISCAIS

O presente documento, elaborado para dar cumprimento ao disposto no §1º, do art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023, sendo o seu conteúdo destinado a orientar a elaboração do Orçamento para o exercício de 2023.

Tem por objetivo estabelecer as metas fiscais em valores correntes e constantes, relativas às receitas, despesas, resultado nominal, e ao montante da dívida do Município, para o exercício de 2023.

I – METAS FISCAIS

As metas fiscais para o exercício de 2023 estão distribuídas na forma a seguir especificada e os respectivos valores decorrem da aplicação dos critérios e das premissas mencionadas neste documento.

O documento que contém a memória e metodologia de cálculo utilizada para a definição dos resultados pretendidos deverá ficar devidamente arquivado no setor contábil do Município.

1. METAS RELATIVAS ÀS RECEITAS

Às metas relativas à receita para 2023 estão consolidadas em nível de Município.

Critérios e premissas utilizadas:

- Planejamento de incremento na arrecadação tributária de 2023, com incremento da fiscalização fazendária;
- Planejamento de no Exercício 2023 efetivar cobrança da Dívida Ativa;
- Projeção dos efeitos inflacionários estimados com base na variação do índice de preços;
- Demonstrativo da receita nos termos do art. 12 da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000, destacando-se os principais itens:
 - a. impostos;

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



- b. contribuições sociais;
- c. taxas;
- d. concessões sociais.

I. Dentre as medidas de compensação poderão ser adotadas as seguintes:

- Atualização do cadastro imobiliário e fiscal do Município, objetivando ampliar a base para lançamento de impostos;
- Revisão dos critérios para cobrança de taxas municipais, adequando-as ao custo real dos serviços que constituem os respectivos fatos geradores;
- Ampliação da utilização da Contribuição de Melhoria como instrumento financiador de obras municipais, especialmente no que se refere à pavimentação de ruas.

II. A concessão ou ampliação do incentive ou benefício tributário somente entrará em vigor quando implementadas as medidas acima definidas.

2. METAS RELATIVAS ÀS DESPESAS

A projeção das metas financeiras de despesa para os exercícios subsequentes decorre da estimativa da receita total para cada ano destinada à geração de resultado nominal positivo.

Critérios e premissas utilizadas:

- I. no valor projetado para a despesa total, está incluída uma margem para fazer frente à criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa e às novas despesas consideradas como obrigatórias de caráter continuado, nos termos dos artigos 16 e 17, da Lei Complementar Nº. 101, de 04.05.00;
- II. gastos, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, conforme informações dos órgãos com indicação dos critérios utilizados;
- III. despesa com pessoal e encargos sociais, por Poder, programada para 2023, com indicação da representatividade percentual do total e por Poder em relação á receita corrente líquida, tal como definida na Lei Complementar Nº. 101, de 04.05.2000;
- IV. recursos para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, a que se refere o art. 212 da Constituição Federal;

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



- V. detalhamento dos principais custos médios utilizados na elaboração do orçamento, para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados;
- VI. programação orçamentária, detalhada por operações especiais, destacando os respectivos subsídios, quando houver, no âmbito dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista do Tupim, em 01 de Julho de 2022.

Helder Lopes Campos
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



ART. 4º - LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000

§ 1º- METAS ANUAIS, RELATIVAS À RECEITA, DESPESA, RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA (VALORES CORRENTES E CONSTANTE);

§ 2º:

I- AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS RELATIVAS AO ANO ANTERIOR;

II – MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO;

III – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO; DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS;

§3º – ANEXOS DE RISCOS FISCAIS.

CRITÉRIOS PARA PROJEÇÃO DA RECEITA, DESPESA E DÍVIDA PÚBLICA:

1. Foi considerado para Receita e Despesa, o crescimento do PIB do Estado, ajuste nas despesas e receitas e de previsão de convênios federais e estaduais, advindos de projetos que a Administração Municipal pretende receber, isso para o ano de 2023, e para exercícios seguinte, projeta-se o crescimento vegetativo da folha de pagamento mais o inciso X do art. 37 da Constituição Federal.
2. Os valores apontados nos referidos Anexos não definem limites para elaboração da Lei Orçamentária Anual.
3. Os referidos valores estão consolidados, excluindo as duplicidades, como o cálculo do Resultado Primário e Nominal de acordo com a LRF.
4. Foi considerado para a dívida pública municipal provável ações como diminuição de despesas com futuros investimentos através de recursos próprios, bem como alguns ajustes na folha de pagamento do pessoal. A priori, nossa dívida representa um percentual muito abaixo da nossa capacidade de endividamento.

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



ANEXO DE METAS FISCAIS AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS RELATIVAS AO ANO ANTERIOR

(Artigo 4º, §2º, inciso I, da Lei Complementar nº. 101/2000)

A elaboração do orçamento para o exercício financeiro de 2023 observou o princípio do equilíbrio, ou seja, a receita prevista apresentou o mesmo montante da despesa fixada.

Para o exercício financeiro de 2023, foram introduzidas metas de superávit nominal e primário, com o objetivo de promover o equilíbrio fiscal definitivo das contas públicas, garantindo o crescimento sustentado e a estabilidade monetária.

ANEXO DE METAS FISCAIS DEMONSTRATIVO DAS METAS ANUAIS, MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO

(Artigo 4º, §2º, inciso II, da Lei Complementar nº. 101/2000)

As metas fiscais para os exercícios de 2023, 2024 e 2025, levaram em consideração as variáveis macroeconômicas projetadas pelo Governo Federal para crescimento real do PIB e da inflação.

As receitas foram projetadas levando-se em conta, além dos índices estabelecidos pela LDO Federal, o crescimento demográfico e da atividade econômica do município e ainda o projeto de modernização da administração tributária, que fará com que o Município tenha uma elevação de suas receitas próprias.

Quanto ao desempenho nas receitas oriundas de Convênios junto à esfera Estadual e Federal, para o exercício de 2023, estamos estruturando junto aos órgãos para que sejam liberados todos os projetos pleiteados.

A meta proposta para 2023 será aprimoramento regime fiscal do Município, através de estudos e propostas para realização de mudanças estruturais e institucionais que visam dar forma apropriada às decisões, procedimentos e práticas fiscais do futuro.

Para os próximos anos, as metas a serem definidas deverão ter resultados bastantes significativos, especialmente com a manutenção do esforço fiscal, traduzindo na obtenção de superávits que permitem o pagamento da dívida de curto prazo – Restos a Pagar e,

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



consequentemente, a estabilização da dívida pública municipal e a retomada da capacidade de investimentos do Município.

Como base de cálculo para a previsão de receitas, a fixação de despesas e a proposta de resultado nominal e primário positivo, foram consideradas as receitas efetivamente arrecadadas nos exercícios financeiros de 2020 e 2021, a orçada de 2022 e a tendência do exercício e as possíveis alterações na política tributária.

RISCOS FISCAIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

(Artigo 4º, §3º, da Lei Complementar nº. 101/2000)

O nosso município, a exemplo do que ocorre com a grande maioria dos municípios brasileiros, não possui indicadores substanciais que sirvam de subsídios para uma projeção de crescimento econômico confiável. Informações como o Produto Interno Bruto - PIB, Renda Per Capta e outros dados dessa natureza, por não possuírem estudos e levantamentos no âmbito municipal, são substituídos pelos índices do Governo Federal. As atuais projeções de metas e riscos fiscais tiveram como parâmetro geral os indicadores de crescimento projetados pela União adicionando-se as previsões internas, particulares e relacionadas à política de gestão da Administração Municipal.

Os passivos contingentes são decorrentes de Demandas Judiciais contra o Município, Dívidas em Processo de Reconhecimento, Avais e Garantias Concedidas, Assunção de Passivos, Assistências Diversas, que incluem Calamidades Públicas e Epidemias e Outros Passivos Contingentes. Temos como Demais Riscos Fiscais Passivos: Frustração de Arrecadação, Restituição de Tributos a Maior, Discrepância das Projeções, tais como Aumento do Salário Mínimo, Despesas de Pessoal e Encargos, Taxa de Juros e Taxa de Inflação e Outros Riscos Fiscais.

Os riscos orçamentários referem-se à possibilidade de as obrigações explícitas diretas sofrerem impactos negativos devido a fatores tais como as receitas previstas não se realizarem ou à necessidade de execução de despesas inicialmente não fixadas ou orçadas a menor. Como riscos orçamentários, podem-se citar, dentre outros casos:

- a. Frustração na arrecadação devido a fatos não previstos à época da elaboração da peça orçamentária;

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



- b. Restituição de tributos realizada a maior que a prevista nas deduções da receita orçamentária;
- c. Discrepância entre as projeções de nível de atividade econômica, taxa de inflação e taxa de câmbio quando da elaboração do orçamento e os valores efetivamente observados durante a execução orçamentária, afetando o montante de recursos arrecadados;
- d. Discrepância entre as projeções, quando da elaboração do orçamento, de taxas de juros e taxa de câmbio incidente sobre títulos vincendos e os valores efetivamente observados durante a execução orçamentária, resultando em aumento do serviço da dívida pública;
- e. Ocorrência de epidemias, enchentes, abalos sísmicos e outras situações de calamidade pública que não possam ser planejadas e que demandem da Administração ações emergenciais, com consequente aumento de despesas.

Sob o ponto de vista fiscal, as obrigações explícitas contingentes (ou passivos contingentes) decorrem de compromissos firmados pela Administração em função de lei ou contrato e que dependem da ocorrência de um ou mais eventos futuros para gerar compromissos de pagamento. Tais eventos futuros não estão totalmente sob o controle da Administração e podem ou não ocorrer. Como a probabilidade de ocorrência do evento e a magnitude da despesa resultante dependem de condições externas, a estimativa desses passivos é, muitas vezes, difícil e imprecisa, podendo sofrer alterações durante a execução orçamentária e financeira do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista do Tupim, em 01 de Julho de 2022.

Helder Lopes Campos
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

ARF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIM
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

2023

ARF (LRF, art 4º, § 3º) R\$ 1,00

| PASSIVOS CONTINGENTES | | PROVIDÊNCIAS | |
|---------------------------------------|-------------------|--|-------------------|
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| Demandas Judiciais | 870.000,00 | Anulação de Crédito da Reserva de Contingência | 870.000,00 |
| Dívidas em Processo de Reconhecimento | | | |
| Avais e Garantias Concedidas | | | |
| Assunção de Passivos | | | |
| Assistências Diversas | | | |
| Outros Passivos Contingentes | | | |
| SUBTOTAL | 870.000,00 | SUBTOTAL | 870.000,00 |
| DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS | | PROVIDÊNCIAS | |
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| Frustração de Arrecadação | | | |
| Restituição de Tributos a Maior | | | |
| Discrepância de Projeções: | | | |
| Outros Riscos Fiscais | | | |
| SUBTOTAL | 0,00 | SUBTOTAL | 0,00 |
| TOTAL | 870.000,00 | TOTAL | 870.000,00 |

FONTE: Arquivos Públicos Municipais

Helder Lopes Campos
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

AMF/Tabela 1 – DEMONSTRATIVO 1 – METAS ANUAIS (Consulta Pública)

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIM
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2023

| ESPECIFICAÇÃO | 2023 | | | | 2024 | | | | 2025 | | | |
|---|--------------------|-----------------|-----------------------|-----------------------|--------------------|-----------------|-----------------------|-----------------------|--------------------|-----------------|-----------------------|-----------------------|
| | Valor Corrente (a) | Valor Constante | % PIB (a / PIB) x 100 | % RCL (a / RCL) x 100 | Valor Corrente (b) | Valor Constante | % PIB (b / PIB) x 100 | % RCL (b / RCL) x 100 | Valor Corrente (c) | Valor Constante | % PIB (c / PIB) x 100 | % RCL (c / RCL) x 100 |
| | Recarga Total | 63.287.500,00 | 61.000.000,00 | 0,02 | 106,58 | 65.281.056,25 | 61.004.631,58 | 0,02 | 106,48 | 67.239.487,94 | 61.004.797,62 | 0,02 |
| Receitas Primárias (I) | 63.134.987,50 | 60.853.000,00 | 0,02 | 106,32 | 65.123.739,61 | 60.857.620,42 | 0,02 | 106,22 | 67.077.451,79 | 60.857.786,06 | 0,02 | 105,96 |
| Receitas Primárias Correntes | 59.280.052,50 | 57.137.400,00 | 0,02 | 99,83 | 61.147.374,15 | 57.141.738,30 | 0,02 | 99,73 | 62.981.795,38 | 57.141.893,83 | 0,02 | 99,49 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 2.161.112,50 | 2.083.000,00 | 0,00 | 3,64 | 2.229.187,54 | 2.083.158,16 | 0,00 | 3,64 | 2.296.063,17 | 2.083.163,83 | 0,00 | 3,63 |
| Contribuições | 5.187,50 | 5.000,00 | 0,00 | 0,01 | 5.350,91 | 5.000,38 | 0,00 | 0,01 | 5.511,43 | 5.000,39 | 0,00 | 0,01 |
| Transfêrencias Correntes | 56.451.827,50 | 54.411.400,00 | 0,02 | 95,07 | 58.230.060,07 | 54.415.531,32 | 0,02 | 94,98 | 59.976.961,87 | 54.415.679,43 | 0,02 | 94,75 |
| Demais Receitas Primárias Correntes | 661.925,00 | 638.000,00 | 0,00 | 1,11 | 682.775,64 | 638.048,44 | 0,00 | 1,11 | 703.258,91 | 638.050,18 | 0,00 | 1,11 |
| Receitas Primárias de Capital | 3.854.935,00 | 3.715.600,00 | 0,00 | 6,49 | 3.976.365,45 | 3.715.882,12 | 0,00 | 6,49 | 4.095.656,42 | 3.715.892,23 | 0,00 | 6,47 |
| Despesa Total | 63.287.500,00 | 61.000.000,00 | 0,02 | 106,58 | 65.281.056,25 | 61.004.631,58 | 0,02 | 106,48 | 67.239.487,94 | 61.004.797,62 | 0,02 | 106,22 |
| Despesas Primárias (II) | 61.697.693,10 | 59.467.656,00 | 0,02 | 103,90 | 63.641.170,43 | 59.472.171,23 | 0,02 | 103,80 | 65.550.405,55 | 59.472.333,10 | 0,02 | 103,55 |
| Despesas Primárias Correntes | 55.097.428,83 | 53.105.955,50 | 0,02 | 92,79 | 56.832.997,84 | 53.109.987,70 | 0,02 | 92,70 | 58.537.987,77 | 53.110.132,26 | 0,02 | 92,47 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 33.152.669,81 | 31.954.380,54 | 0,01 | 55,83 | 34.196.978,91 | 31.956.806,76 | 0,01 | 55,78 | 35.222.888,28 | 31.956.893,74 | 0,01 | 55,64 |
| Outras Despesas Correntes | 21.944.759,02 | 21.151.574,96 | 0,01 | 36,96 | 22.636.018,93 | 21.153.180,95 | 0,01 | 36,92 | 23.315.099,50 | 21.153.238,52 | 0,01 | 36,83 |
| Despesas Primárias de Capital | 6.600.264,27 | 6.361.700,50 | 0,00 | 11,12 | 6.808.172,59 | 6.362.183,53 | 0,00 | 11,10 | 7.012.417,77 | 6.362.200,84 | 0,00 | 11,08 |
| Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Resultado Primário (III) = (I - II) | 1.437.294,40 | 1.385.344,00 | 0,00 | 2,42 | 1.482.569,17 | 1.385.449,19 | 0,00 | 2,42 | 1.527.046,25 | 1.385.452,96 | 0,00 | 2,41 |
| Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Resultado Nominal - (VI) = (III + (IV - V)) | 1.437.294,40 | 1.385.344,00 | 0,00 | 2,42 | 1.482.569,17 | 1.385.449,19 | 0,00 | 2,42 | 1.527.046,25 | 1.385.452,96 | 0,00 | 2,41 |
| Dívida Pública Consolidada | 21.050.987,22 | 20.290.108,17 | 0,01 | 35,45 | 19.998.437,86 | 18.688.382,27 | 0,01 | 32,62 | 18.998.515,97 | 17.236.904,35 | 0,01 | 30,01 |
| Dívida Consolidada Líquida | 19.173.460,17 | 18.480.443,53 | 0,01 | 32,29 | 18.214.787,16 | 17.021.574,77 | 0,01 | 29,71 | 17.304.047,80 | 15.699.553,44 | 0,00 | 27,34 |
| Receitas Primárias advindas de PPP (VII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Primárias geradas por PPP (VIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Impacto do saldo das PPPs (IX) = (VII - VIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

FONTE: Arquivos Públicos Municipais; LOA 2022; Publicações RREO e RGF; Relatórios de mercado Banco Central - Focos Relatório de Mercado, IPEA e IBGE.

| Varáveis | 2023 | 2024 | 2025 |
|---|-----------------|-----------------|-----------------|
| PIB Real (crescimento anual %) | 1,50 | 1,85 | 1,80 |
| Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação | 3,75 | 3,15 | 3,00 |
| Projeção do PIB do Estado | 358.415.277.500 | 365.045.960.134 | 371.616.787.416 |
| Recarga Corrente Líquida | 59.380.690,00 | 61.310.562,43 | 63.303.155,70 |

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

- 2023
- Valor Corrente/1,0375
- 2024
- Valor Corrente/1,0701
- 2025
- Valor Corrente/1,1022

Helder Lopes Campos
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

AMF/Tabela 2 - DEMONSTRATIVO 2 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIM
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

2023

| ESPECIFICAÇÃO | Metas Previstas em 2021 (a) | % PIB | % RCL | Metas Realizadas em 2021 (b) | % PIB | % RCL | Variação | | R\$ 1,00 |
|-----------------------------------|-----------------------------|-------|----------|------------------------------|-------|----------|-------------------|---------------|----------|
| | | | | | | | Valor (c) = (b-a) | % (c/a) x 100 | |
| Receita Total | 59.300.000,00 | 0,02% | 1,04244 | 56.885.793,20 | 0,02% | 1 | -2.414.206,80 | -407,12% | |
| Receitas Primárias (I) | 59.202.500,00 | 0,02% | 1,04073 | 56.694.081,69 | 0,02% | 0,99663 | -2.508.418,31 | -423,70% | |
| Despesa Total | 59.300.000,00 | 0,02% | 1,04244 | 55.890.774,24 | 0,02% | 0,982508 | -3.409.225,76 | -574,91% | |
| Despesas Primárias (II) | 58.290.000,00 | 0,02% | 1,02468 | 54.806.963,13 | 0,02% | 0,963456 | -3.483.036,87 | -597,54% | |
| Resultado Primário (III) = (I-II) | 912.500,00 | 0,00% | 0,01604 | 1.887.118,56 | 0,00% | 0,033174 | 974.618,56 | 10680,75% | |
| Resultado Nominal | -2.294.550,31 | 0,00% | -0,04034 | -1.700.671,88 | 0,00% | -0,0299 | 593.878,43 | -2588,21% | |
| Dívida Pública Consolidada | 23.700.134,34 | 0,01% | 0,41663 | 23.325.193,60 | 0,01% | 0,410035 | -374.940,74 | -158,20% | |
| Dívida Consolidada Líquida | 20.650.952,78 | 0,01% | 0,36302 | 21.244.831,21 | 0,01% | 0,373465 | 593.878,43 | 287,58% | |

FONTE: Arquivos Públicos Municipais. Publicações RREO e RGF. Balançotes de Receita e Despesa 2021. LDO 2020 Estado da Bahia.

Nota: Pib Estadual Previsto e Realizado em 2021

| ESPECIFICAÇÃO | Valor |
|------------------------------------|-----------------|
| Previsão do Pib Estadual 2021 | 312.625.000.000 |
| Valor Efetivo do Pib Estadual 2021 | 347.900.000.000 |
| Receita Corrente Líquida 2021 | 56.885.793,20 |

Heider Lopes Campos
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

AMF/ Tabela 3 - DEMONSTRATIVO 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIM
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2023

| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CORRENTES | | | | | | | | | | % |
|-------------------------------------|----------------------------|---------------|---------|---------------|---------|---------------|---------|---------------|---------|---------------|---------|
| | 2020 | 2021 | % | 2022 | % | 2023 | % | 2024 | % | 2025 | |
| Recetta Total | 51.613.034,34 | 56.885.793,20 | 110,22% | 61.000.000,00 | 107,23% | 63.287.500,00 | 103,75% | 65.281.056,25 | 103,15% | 67.239.487,94 | 103,00% |
| Recettas Primárias (I) | 51.599.067,74 | 56.694.081,69 | 109,87% | 60.873.000,00 | 107,37% | 63.134.987,50 | 103,72% | 65.123.739,61 | 103,15% | 67.077.451,79 | 103,00% |
| Despesa Total | 49.254.049,26 | 55.890.774,24 | 113,47% | 61.000.000,00 | 109,14% | 63.287.500,00 | 103,75% | 65.281.056,25 | 103,15% | 67.239.487,94 | 103,00% |
| Despesas Primárias (II) | 48.471.389,83 | 54.806.963,13 | 113,07% | 60.040.000,00 | 109,55% | 61.697.693,10 | 102,76% | 63.641.170,43 | 103,15% | 65.550.405,55 | 103,00% |
| Resultado Primário (III) = (I - II) | 3.127.677,91 | 1.887.118,56 | 60,34% | 833.000,00 | 44,14% | 1.437.294,40 | 172,54% | 1.482.569,17 | 103,15% | 1.527.046,25 | 103,00% |
| Resultado Nominal | -2.081.377,09 | -1.700.671,88 | 81,71% | -1.062.241,56 | 62,46% | -1.009.129,48 | 95,00% | -958.673,01 | 95,00% | -910.739,36 | 95,00% |
| Dívida Pública Consolidada | 26.333.482,60 | 23.325.193,60 | 88,58% | 22.158.933,92 | 95,00% | 21.050.987,22 | 95,00% | 19.998.437,86 | 95,00% | 18.998.515,97 | 95,00% |
| Dívida Consolidada Líquida | 22.945.503,09 | 21.244.831,21 | 92,59% | 20.182.589,65 | 95,00% | 19.173.460,17 | 95,00% | 18.214.787,16 | 95,00% | 17.304.047,80 | 95,00% |

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II) R\$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CONSTANTES | | | | | | | | | | % |
|-------------------------------------|-----------------------------|---------------|---------|---------------|---------|---------------|---------|---------------|---------|---------------|---------|
| | 2020 | 2021 | % | 2022 | % | 2023 | % | 2024 | % | 2025 | |
| Recetta Total | 60.464.669,73 | 60.554.926,86 | 100,15% | 61.000.000,00 | 100,73% | 65.660.781,25 | 107,64% | 69.857.258,29 | 106,39% | 76.888.354,46 | 110,06% |
| Recettas Primárias (I) | 60.448.307,86 | 60.350.849,96 | 99,84% | 60.873.000,00 | 100,87% | 65.502.549,53 | 107,61% | 69.688.913,75 | 106,39% | 76.703.066,13 | 110,06% |
| Despesa Total | 57.701.118,71 | 59.495.729,18 | 103,11% | 61.000.000,00 | 102,53% | 65.660.781,25 | 107,64% | 69.857.258,29 | 106,39% | 76.888.354,46 | 110,06% |
| Despesas Primárias (II) | 56.784.233,19 | 58.342.012,25 | 102,74% | 60.040.000,00 | 102,91% | 64.011.356,59 | 106,61% | 68.102.416,48 | 106,39% | 74.956.888,74 | 110,06% |
| Resultado Primário (III) = (I - II) | 3.664.074,67 | 2.008.837,71 | 54,83% | 833.000,00 | 41,47% | 1.491.192,94 | 179,01% | 1.586.497,27 | 106,39% | 1.746.177,39 | 110,06% |
| Resultado Nominal | -2.438.333,26 | -1.810.365,22 | 74,25% | -1.062.241,56 | 58,68% | -1.046.971,84 | 98,56% | -1.025.875,99 | 97,99% | -1.041.430,46 | 101,52% |
| Dívida Pública Consolidada | 30.849.674,87 | 24.829.668,59 | 80,49% | 22.158.933,92 | 89,24% | 21.840.399,24 | 98,56% | 21.400.328,36 | 97,99% | 21.724.803,01 | 101,52% |
| Dívida Consolidada Líquida | 26.880.656,87 | 22.615.122,82 | 84,13% | 20.182.589,65 | 89,24% | 19.892.464,92 | 98,56% | 19.491.643,74 | 97,99% | 19.787.178,66 | 101,52% |

FONTE: Loa 2022.LDO 2022. Arquivos Públicos Municipais. Publicação RREO e RGF. Balanço Anual 2021

| Índices de Inflação* | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 |
|----------------------|------|-------|------|------|------|------|
| | 4,52 | 10,06 | 6,45 | 3,25 | 3,15 | 3,00 |

* Projeção de acordo com o Banco Central do Brasil. Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes.

- Valor Corrente*1,1715
- Valor Corrente*1,0645
- Valor Corrente
- Valor Corrente*1,0375
- Valor Corrente*1,0701
- Valor Corrente*1,1435

Heilder Lopes Campos
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

AMF/Tabela 4 - DEMONSTRATIVO 4 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIM
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2023

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2021 | | 2020 | | 2019 | | R\$ 1,00 | |
|---------------------|---------------|---------|---------------|---------|--------------|---------|--------------|---------|
| | | % | | % | | % | | % |
| Patrimônio/Capital | | | | | | | | |
| Reservas | | | | | | | | |
| Resultado Acumulado | 18.706.817,46 | 100,00% | 11.858.219,90 | 100,00% | 6.517.240,80 | 100,00% | 6.517.240,80 | 100,00% |
| TOTAL | 18.706.817,46 | 100,00% | 11.858.219,90 | 100,00% | 6.517.240,80 | 100,00% | 6.517.240,80 | 100,00% |

| REGIME PREVIDENCIÁRIO | | | | | | | | |
|--------------------------------|------|-------|------|-------|------|-------|----------|-------|
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2021 | | 2020 | | 2019 | | R\$ 1,00 | |
| | | % | | % | | % | | % |
| Patrimônio | | | | | | | | |
| Reservas | | | | | | | | |
| Lucros ou Prejuízos Acumulados | | | | | | | | |
| TOTAL | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |

FONTE: Arquivos Públicos Municipais Balanços 2021. LDO 2022

Nota: O município não possui regime próprio de previdência

Helder Lopes Campos
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim**AMF/Tabela 5 – DEMONSTRATIVO 5 – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIM
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2023

| | R\$ 1,00 | | |
|--|-----------------------------|-----------------------------|--------------------|
| | 2021 (a) | 2020 (b) | 2019 (c) |
| RECEITAS REALIZADAS | | | |
| RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens Móveis | | | |
| Alienação de Bens Imóveis | | | |
| Alienação de Bens Intangíveis | | | |
| Rendimentos de Aplicações Financeiras | | | |
| DESPESAS EXECUTADAS | | | |
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos | | | |
| Inversões Financeiras | | | |
| Amortização da Dívida | | | |
| DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Regime Geral de Previdência Social | | | |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores | | | |
| SALDO FINANCEIRO | | | |
| VALOR (III) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | (g) = ((Ia - II d) + III h) | (h) = ((Ib - II e) + III i) | (i) = (Ic - III f) |

FONTE: Publicações RREO e RGF - LDO 2022

Nota : O município não possui regime próprio de previdência

Helder Lopes Campos
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

AMF/Tabela 6 - DEMONSTRATIVO 6 – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS E DAS PENSÕES E INATIVOS MILITARES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIM
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DAS PENSÕES E INATIVOS MILITARES
 2023

| | R\$ 1,00 | | |
|---|----------|------|------|
| | 2019 | 2020 | 2021 |
| FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO) | | | |
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO) | | | |
| RECEITAS CORRENTES (I) | | | |
| Recarga de Contribuições dos Segurados | | | |
| Ativo | | | |
| Inativo | | | |
| Pensionista | | | |
| Recarga de Contribuições Patronais | | | |
| Ativo | | | |
| Inativo | | | |
| Pensionista | | | |
| Recarga Patrimonial | | | |
| Recargas Imobiliárias | | | |
| Recargas de Valores Mobiliários | | | |
| Outras Receitas Patrimoniais | | | |
| Recarga de Serviços | | | |
| Outras Receitas Correntes | | | |
| Compensação Financeira entre os Regimes | | | |
| Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) ¹ | | | |
| Demais Receitas Correntes | | | |
| RECEITAS DE CAPITAL (III) | | | |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | | | |
| Amortização de Empréstimos | | | |
| Outras Receitas de Capital | | | |
| TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II) | | | |
| FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO | | | |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO) | | | |
| Benefícios | | | |
| Aposentadorias | | | |
| Pensões por Morte | | | |
| Outras Despesas Previdenciárias | | | |
| Compensação Financeira entre os Regimes | | | |
| Demais Despesas Previdenciárias | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V) | | | |

NADA A DECLARAR

NADA A DECLARAR

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V) ² | | 2019 | 2020 | 2021 |
|--|--|------|------|------|
| RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | | |
| VALOR | | | | |
| RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS | | | | |
| VALOR | | | | |
| APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS | | | | |
| Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar | | | | |
| Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos | | | | |
| Outros Aportes para o RPPS | | | | |
| Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro | | | | |
| BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO) | | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | | | | |
| Investimentos e Aplicações | | | | |
| Outro Bens e Direitos | | | | |
| FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO) | | | | |
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO) | | | | |
| RECEITAS CORRENTES (VII) | | | | |
| Recetta de Contribuições dos Segurados | | | | |
| Ativo | | | | |
| Inativo | | | | |
| Pensionista | | | | |
| Recetta de Contribuições Patronais | | | | |
| Ativo | | | | |
| Inativo | | | | |
| Pensionista | | | | |
| Recetta Patrimonial | | | | |
| Recetas Imobiliárias | | | | |
| Recetas de Valores Mobiliários | | | | |
| Outras Recetas Patrimoniais | | | | |
| Recetta de Serviços | | | | |
| Outras Recetas Correntes | | | | |
| Compensação Financeira entre os regimes | | | | |
| Demais Recetas Correntes | | | | |
| RECEITAS DE CAPITAL (VIII) | | | | |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | | | | |
| Amortização de Empréstimos | | | | |
| Outras Recetas de Capital | | | | |
| TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII) | | | | |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO) | | | | |
| Benefícios | | | | |

NADA A DECLARAR

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

| | | | | |
|---|--|--|--|--|
| Aposentadorias | | | | |
| Pensões por Morte | | | | |
| Outras Despesas Previdenciárias | | | | |
| Compensação Financeira entre os Regimes | | | | |
| Demais Despesas Previdenciárias | | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X) | | | | |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X)² | | | | |
| APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS | | | | |
| Recursos para Cobertura de Insuflências Financeiras | | | | |
| Recursos para Formação de Reserva | | | | |
| BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO) | | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | | | | |
| Investimentos e Aplicações | | | | |
| Outro Bens e Direitos | | | | |
| RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS | | | | |
| Receitas Correntes | | | | |
| TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII) | | | | |
| DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS | | | | |
| Despesas Correntes (XIII) | | | | |
| Pessoal e Encargos Sociais | | | | |
| Demais Despesas Correntes | | | | |
| Despesas de Capital (XIV) | | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV) | | | | |
| RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)² | | | | |
| BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS | | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | | | | |
| Investimentos e Aplicações | | | | |
| Outro Bens e Direitos | | | | |
| BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO | | | | |
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) | | | | |
| Contribuições dos Servidores | | | | |
| Demais Receitas Previdenciárias | | | | |
| TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) (XVII) | | | | |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) | | | | |
| Aposentadorias | | | | |
| Pensões | | | | |
| Outras Despesas Previdenciárias | | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) (XVIII) | | | | |

NADA A DECLARAR

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

| RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOIRO (XIX) = (XVII - XVIII) ² | | | | |
|--|---------------------------------|---------------------------------|---|---|
| PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES | | | | |
| FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO) | | | | |
| EXERCÍCIO | Receitas Previdenciárias (a) | Despesas Previdenciárias (b) | Resultado Previdenciário (c) = (a-b) | Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c) |
| | | | | |
| FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO) | | | | |
| EXERCÍCIO | Receitas Previdenciárias (a) | Despesas Previdenciárias (b) | Resultado Previdenciário (c) = (a-b) | Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c) |
| | | | | |

FONTE: Arquivos Públicos Municipais.

Nota: Município não possui regime próprio de previdência

1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

2 O resultado previdenciário poderá ser apresentada por meio da diferença entre previsto da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).

Helder Lopes Campos
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

AMF/Tabela 7 - DEMONSTRATIVO 7 - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIM
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

2023

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) R\$ 1,00

| TRIBUTOS | MODALIDADE | SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO | RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA | | | COMPENSAÇÃO |
|--------------|------------|--|------------------------------|------|------|-------------|
| | | | 2023 | 2024 | 2025 | |
| TOTAL | | | | | | |
| | | | | | | - |

FONTE: Arquivos Públicos Municipais.

Nota: O município não tem lei específica acerca da renúncia de receita

Helder Lopes Campos
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim**AMF/Tabela 8 - DEMONSTRATIVO 8 - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIM
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO

2023

| EVENTOS | Valor Previsto para 2023 |
|--|--------------------------|
| AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) | R\$ 1,00 |
| Aumento Permanente da Receita | |
| (-) Transferências Constitucionais | |
| (-) Transferências ao FUNDEB | |
| Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I) | 0,00 |
| Redução Permanente de Despesa (II) | |
| Margem Bruta (III) = (I+II) | 0,00 |
| Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV) | 0,00 |
| Novas DOCC | |
| Novas DOCC geradas por PPP | |
| Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV) | 0,00 |

FONTE: Arquivos Públicos Municipais

Helder Lopes Campos
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

Dispensa



Fundo Municipal de Saúde de Boa Vista do Tupim
Rua Juvino Francisco do Amaral, 10, Centro –
Boa Vista do Tupim – Bahia – CEP 46.850-000
CNPJ: 13.862.190/0001-06

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 062/2022****EXTRATO DE RATIFICAÇÃO**

O Prefeito Municipal de Boa Vista do Tupim, considerando o parecer da Comissão Permanente de Licitação e Procuradoria Jurídica do município, exarado no presente processo administrativo, **RATIFICA**, para os devidos fins, autorizando a contratação da empresa **ABC FARMA MATERIAL HOSPITALAR EIRELI - EPP, CNPJ nº. 12.769.449/0001-06**, para fornecimento emergencial de medicamentos e materiais de uso hospitalar e PSF, visando atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde, pelo valor total de **R\$ 48.966,10 (quarenta e oito mil, novecentos e sessenta e seis reais e dez centavos)**. Boa Vista do Tupim, 03 de junho de 2022, Helder Lopes Campos, Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ORDEM DE FORNECIMENTO Nº 062/2022 DL

OBJETO: Aquisição emergencial de medicamentos e materiais de uso hospitalar para atendimento das necessidades do Fundo Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim, conforme proposta apresentada na Dispensa de Licitação nº. 062/2022.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UND. | QUAN. | MARCA | P.UNIT. | P.TOTAL. |
|------|--|------|-------|-----------|---------|----------|
| 1 | HIDROCORTIZONA DE 100 | AMP | 150 | TEUTO | 7,10 | 1.065,00 |
| 2 | CETOPROFENO 100 IV | AMP | 100 | U.QUIMICA | 7,90 | 790,00 |
| 3 | OMEPRAZOL 40 MG | AMP | 50 | BLAU | 23,50 | 1.175,00 |
| 4 | DICLOFENACO | AMP | 200 | FARMACE | 3,35 | 670,00 |
| 5 | TERBUTALINA | AMP | 50 | HIPOLABOR | 4,50 | 225,00 |
| 6 | DRAMIM | AMP | 100 | U.QUIMICA | 4,50 | 450,00 |
| 7 | ERGOMETRIN | AMP | 100 | U.QUIMICA | 3,20 | 320,00 |
| 8 | GLICOSE A 50% | AMP | 50 | FARMACE | 0,95 | 47,50 |
| 9 | METACLOPROMIDA | AMP | 100 | FARMACE | 1,40 | 140,00 |
| 10 | PROMETAZINA | AMP | 100 | CRISTALIA | 3,30 | 330,00 |
| 11 | DIPIRONA DE 500 MG | AMP | 300 | PRATTI | 3,90 | 1.170,00 |
| 12 | ADRENALINA | AMP | 50 | HYPOFARMA | 2,20 | 110,00 |
| 13 | BEZETACIL DE 1200 | AMP | 100 | TEUTO | 17,20 | 1.720,00 |
| 14 | CETOPROFENO IM | AMP | 100 | U.QUIMICA | 6,80 | 680,00 |
| 15 | BUSCOPAM COMPOSTO | AMP | 100 | FARMACE | 7,50 | 750,00 |
| 16 | TRAMADOL DE 100 MG | AMP | 50 | CRISTALIA | 4,98 | 249,00 |
| 17 | CLORPROMAZINA CLORIDRATO 5 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL | AMP | 50 | HYPOFARMA | 4,40 | 220,00 |
| 18 | DIAZEPAM 5 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL | AMP | 50 | CRISTALIA | 1,60 | 80,00 |
| 19 | PETIDINA INJ | AMP | 50 | U.QUIMICA | 4,10 | 205,00 |
| 20 | MORFINA 1MG/ML 2ML INJETAVEL | AMP | 50 | CRISTALIA | 11,60 | 580,00 |
| 21 | AMIADARONA DE 200 MG | COMP | 1000 | GEOLAB | 0,81 | 810,00 |
| 22 | AMOXICILINA DE 500 MG | COMP | 2000 | PRATTI | 0,33 | 660,00 |
| 23 | ANLODIPINO DE 10 MG | COMP | 3000 | PRATTI | 0,11 | 330,00 |
| 24 | ANLODIPINO DE 5 MG | COMP | 3000 | PRATTI | 0,08 | 240,00 |
| 25 | APIXABANA DE 5 MG | COMP | 300 | WYETH | 6,60 | 1.980,00 |
| 26 | ATENALOL DE 50 MG | COMP | 8000 | PRATTI | 0,11 | 880,00 |
| 27 | AZITROMICINA DE 500 MG | COMP | 1000 | PHARLAB | 1,30 | 1.300,00 |
| 28 | CAPTOPRIL DE 25 MG | COMP | 3000 | GEOLAB | 0,07 | 210,00 |
| 29 | CARVEDILOL DE 25 MG | COMP | 1000 | E.M.S | 0,27 | 270,00 |
| 30 | CARVEDILOL DE 3,125MG | COMP | 1000 | E.M.S | 0,18 | 180,00 |
| 31 | ENALAPRIL DE 10 MG | COMP | 3000 | GEOLAB | 0,15 | 450,00 |
| 32 | ESPIRONOLACTONA 100 MG - COMPRIMIDO | COMP | 2000 | HIPOLABOR | 0,62 | 1.240,00 |
| 33 | ESPIRONOLACTONA 25 MG - COMPRIMIDO | COMP | 2500 | PRATTI | 0,32 | 800,00 |
| 34 | GLICAZIDA DE 30 MG | COMP | 2000 | RAMBAXY | 0,54 | 1.080,00 |
| 35 | HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG - COMPRIMIDO | COMP | 15000 | GEOLAB | 0,06 | 900,00 |
| 36 | ISOSSORBIDA MONONITRATO DE 40 MG | COMP | 500 | E.M.S | 0,70 | 350,00 |
| 37 | LORATADINA 10 MG - COMPRIMIDO | COMP | 5000 | PHARLAB | 0,20 | 1.000,00 |
| 38 | LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG - COMPRIMIDO | COMP | 20000 | PRATTI | 0,14 | 2.800,00 |
| 39 | METFORMINA CLORIDRATO 850 MG - COMPRIMIDO | COMP | 15000 | PRATTI | 0,18 | 2.700,00 |

Praça Rui Barbosa | 252 | Centro | Boa Vista do Tupim-Ba

boavistadotupim.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F38072446594A9D2417D7EF92A7C8158

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



Fundo Municipal de Saúde de Boa Vista do Tupim

Rua Juvino Francisco do Amaral, 10, Centro –

Boa Vista do Tupim – Bahia – CEP 46.850-000

CNPJ: 13.862.190/0001-06



| | | | | | | |
|----|---|---------|------|------------|--------|------------------|
| 40 | METOPROLOL SUCCINATO 100 MG - COMP. DE LIBERAÇÃO PROLONGADA | COMP | 1000 | PHARLAB | 1,20 | 1.200,00 |
| 41 | METOPROLOL SUCCINATO 50 MG - COMP. DE LIBERAÇÃO PROLONGADA | COMP | 1500 | PHARLAB | 0,80 | 1.200,00 |
| 42 | NIFEDIPINO 10 MG – CÁPSULA OU COMPRIMIDO | COMP | 5000 | GEOLAB | 0,19 | 950,00 |
| 43 | OMEPRAZOL 20 MG - CÁPSULA | COMP | 6000 | PHARLAB | 0,18 | 1.080,00 |
| 44 | PARACETAMOL 500 MG - COMPRIMIDO | COMP | 8000 | PRATTI | 0,28 | 2.240,00 |
| 45 | PREDNISONA 20 MG – COMPRIMIDO | COMP | 3000 | PRATTI | 0,27 | 810,00 |
| 46 | PREDNISONA 5 MG – COMPRIMIDO | COMP | 300 | PRATTI | 0,12 | 36,00 |
| 47 | PROMETAZINA CLORIDRATO 25 MG – COMPRIMIDO | COMP | 2000 | CRISTALIA | 0,29 | 580,00 |
| 48 | PROPRANOLOL CLORIDRATO 40 MG - COMPRIMIDO | COMP | 5000 | NATULAB | 0,06 | 300,00 |
| 49 | SINVASTATINA 20 MG – COMPRIMIDO | COMP | 5000 | PHARLAB | 0,18 | 900,00 |
| 50 | SULFATO FERROSO 40 MG - COMPRIMIDO | COMP | 5000 | NATULAB | 0,08 | 400,00 |
| 51 | ALBENDAZOL 40 MG/ML - SUSPENSÃO ORAL | FRASCO | 100 | PRATTI | 1,80 | 180,00 |
| 52 | AMBROXOL ADULTO XPE | FRASCO | 25 | FARMACE | 3,90 | 97,50 |
| 53 | AMBROXOL INFANTIL XPE | FRASCO | 25 | FARMACE | 3,40 | 85,00 |
| 54 | AMOXICILINA 50 MG/ML - PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL | FRASCO | 150 | TEUTO | 5,10 | 765,00 |
| 55 | BROMETO DE IPRATRÓPIO 0,25 MG/ML (EQUIVALENTE A 0,202 MG/ML DE IPRATRÓPIO) - SOLUÇÃO INALANTE | FRASCO | 50 | TEUTO | 1,80 | 90,00 |
| 56 | DEXAMETASONA 0,1 MG/ML – ELIXIR | FRASCO | 100 | FARMACE | 3,40 | 340,00 |
| 57 | DEXAMETASONA CREME | BISNAGA | 100 | PRATTI | 1,90 | 190,00 |
| 58 | DICLOFENACO GOTAS | FRASCO | 10 | CIMED | 5,60 | 56,00 |
| 59 | DIPIRONA SODICA GOTAS | FRASCO | 100 | NATULAB | 1,70 | 170,00 |
| 60 | ENEMA 130ML | FRASCO | 10 | NATULAB | 7,15 | 71,50 |
| 61 | HIDROXIDO DE ALUMINIO 61,5 MG - SUSPENSÃO ORAL | FRASCO | 50 | NATULAB | 3,10 | 155,00 |
| 62 | LACTULOSE 667MG/ML – XAROPE | FRASCO | 50 | NATULAB | 9,50 | 475,00 |
| 63 | LORATADINA XPE 100ML | FRASCO | 20 | PHARLAB | 5,10 | 102,00 |
| 64 | ÓLEO MINERAL – 100ML | FRASCO | 20 | MARIOL | 5,40 | 108,00 |
| 65 | SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA (40 MG + 8 MG) /ML – SUSPENSÃO ORAL | FRASCO | 50 | PRATTI | 6,40 | 320,00 |
| 66 | SORO FISIOLÓGICO DE 500 ML | CX | 120 | FARMACE | 7,25 | 870,00 |
| 67 | SORO FISIOLÓGICO DE 250 ML | CX | 300 | FARMACE | 5,10 | 1.530,00 |
| 68 | SORO RINGER LACTADO DE 500 ML | CX | 120 | FARMACE | 8,30 | 996,00 |
| 69 | ALCOOL A 70% | LITRO | 36 | CICLO | 8,90 | 320,40 |
| 70 | ALCOOL ABSOLUTO | LITRO | 12 | CICLO | 14,00 | 168,00 |
| 71 | ALCOOL IODADO | LITRO | 4 | VIC | 23,80 | 95,20 |
| 72 | ÁGUA PARA INJEÇÃO DE 100 ML | CX | 240 | FARMACE | 3,80 | 912,00 |
| 73 | ÁGUA PARA INJEÇÃO DE 10 ML | UNID | 200 | FARMACE | 0,80 | 160,00 |
| 74 | ÓLEO DE GIRASOL PARA PELE | UNID | 20 | NUTRIEX | 8,10 | 162,00 |
| 75 | FILME 18X24 CM CX C/100 PELICULAS (KODAK OU CARESTREAM) | CX | 1 | CARESTREAM | 275,00 | 275,00 |
| 76 | FILME 24X30 CM CX C/100 PELICULAS (KODAK OU CARESTREAM) | CX | 1 | CARESTREAM | 330,00 | 330,00 |
| 77 | FILME 35X35CM CX C/100 PELICULAS (KODAK OU CARESTREAM) | CX | 1 | CARESTREAM | 550,00 | 550,00 |
| 78 | FILME 30X40 CM CX C/100 PELICULAS (KODAK OU CARESTREAM) | CX | 1 | CARESTREAM | 540,00 | 540,00 |
| | | | | | | 48.966,10 |

VALOR TOTAL: R\$ 48.966,10 (quarenta e oito mil, novecentos e sessenta e seis reais e dez centavos)

EMPRESA: **ABC FARMA MATERIAL HOSPITALAR EIRELI**

C N P J nº.: **12.769.449/0001-06**

ENDEREÇO: **Rua A, s/nº, Fazenda Malícia, Quadra 4, Lote 02, Vila de Abrantes, Camaçari, Bahia, CEP 43.840-000**

Boa Vista do Tupim, 03 de junho de 2022, Helder Lopes Campos, Prefeito Municipal